

- e) Manter o sigilo sobre as atividades do CONTRATANTE, a não ser que este autorize.
- f) Prestar contas todo mês ao CONTRATANTE sobre suas atividades, e dos documentos e materiais por ele fornecidos.
- g) Remeter ao Conselho Regional de Administração cópia de todas alterações contratuais ou atos constitutivos da instituição.
- h) Empenhar-se para renovação anual do alvará da instituição. Observando o prazo fixado pelo Conselho Federal de Administração.
- i) Elaborar relatório circunstanciado de suas atividades, no prazo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo Conselho Regional de Administração.
- j) Comunicar ao Conselho Regional de Administração quaisquer violações ao Código de Ética do Administrador que venham porventura ser praticados pela instituição.
- k) Assinar todos os documentos produzidos em consequência do que supervisiona ou elabora.
- l) Zelar pela correta aplicação científica da atividade.
- m) Informar imediatamente ao Conselho Regional de Administração a eventual rescisão contratual com a instituição.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

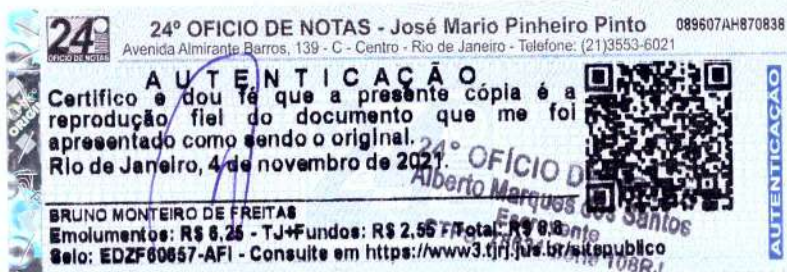
Cláusula 3ª. São deveres do CONTRATANTE:

- a) Realizar o pagamento, conforme o disposto na cláusula 4ª deste contrato.
- b) Fornecer ao CONTRATADO a estrutura, consistente em material, elementos e informações, necessária à expansão e à perfeita realização dos serviços.

DOS HONORÁRIOS

Cláusula 4ª. Pelo efetivo desempenho da atividade de Responsável Técnico, o CONTRATANTE obriga-se a pagar em moeda corrente nacional mediante recibo, até o dia 05 de cada mês, a importância de 01 (um) salário mínimo, inclusive décimo terceiro salário, podendo ser reajustado a qualquer momento.

RUA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO N° 129
BONSUCESSO, RIO DE JANEIRO - RJ
CEP.: 21.040-300
E-MAIL: mz.servicos2001@gmail.com
TEL.: 21 3486-0508



Parágrafo 1º. A prestação dos serviços mencionados nas cláusulas primeira e segunda deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro, em horários flexíveis, de acordo com a disponibilidade das partes, ficando convencionado que em relação a qualquer trabalho prestado fora desta cidade ficarão sob a responsabilidade do contratante as despesas de viagem cujos valores deverão ser recebidos antecipadamente pelo contratado.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

Cláusula 5ª. O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo.

Cláusula 6ª. Caso haja interesse na rescisão do contrato, a parte interessada notificará a outra, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem direito a qualquer indenização.

Cláusula 7ª. Quando da rescisão do presente contrato, fica o CONTRATADO obrigado a comunicar imediatamente e por escrito, tal rescisão ao CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, juntando documento comprobatório, constatando a assinatura de ambas as partes.

DA DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 8ª. O presente instrumento possui prazo indeterminado.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

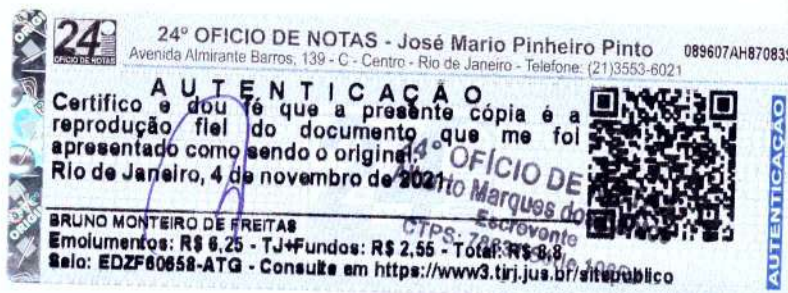
Cláusula 9ª. O CONTRATADO não possuirá horário fixo de entrada e saída na empresa, uma vez que não existirá vínculo empregatício.

Cláusula 10ª. É livre ao CONTRATADO ter seus próprios clientes, fora do âmbito deste contrato.

Cláusula 11ª. O presente instrumento contratual terá que ter uma das vias arquivadas no CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.

Cláusula 12ª. As partes obrigam-se ao cumprimento do presente contrato, sob as penas da Lei e ao ressarcimento de prejuízos que causem entre si.

Cláusula 13ª. Fica convencionado entre as partes que este instrumento não caracteriza qualquer vínculo empregatício, previsto na Lei específica.



DO FORO

Cláusula 14ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca do Rio de Janeiro.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2020.

CONTRATANTE:

Thiago Pontes de Souza
MZ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
EIRELI

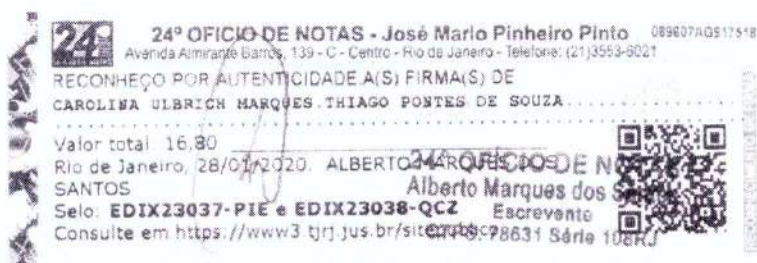
CONTRATADA:

Carolina Ulbrich Marques
CAROLINA ULBRICH MARQUES

TESTEMUNHAS:

1. Thiago Pontes de Souza
Nome: Thiago Pontes de Souza
RG: 10.384.572
CPF: 389.080.471-26

2. Dennis dos Santos
Nome: Dennis dos Santos
RG: 01234048-08
CPF: 100.172.603-69



RUA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO N° 129
BONSUCESSO, RIO DE JANEIRO - RJ
CEP.: 21.040-300
E-MAIL: mz.servicos2001@gmail.com
TEL.: 21 3486-0508

Você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é um lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "curiosos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se metea a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda as recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Compreja sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela distração.

Leia e refleta sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Para a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes.

Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número

40033

Série

15527



Carla de M. Almeida

ASSINATURA DO PORTADOR

24
OFÍCIO DE NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

089607AH870840

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.

Escrivão
BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Seio: EDZF60659-ANL - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS

Autenticação

CTPS: 78831 Série 108RJ

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Paulina Delbich MOACQUES
Loc. Nasc. Santa Catarina Est. SC Data 27/09/82
Filiação Jorge Daniel Delbich
Leopoldo Charles de Souza Delbich
Doc. N° 05.21.81-223.8 Data Exp. 24/09/2011 Doc. 1

ESTRANGEIROS


Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. N°
Exp. em / / Estado
Obs.:
Data Emissão 05/01/2006 DRT RJ
Vanessa Fernandes de Menezes
DRT/RJ Mat. 0065
Assinatura do Funcionário



ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
Doc.
Nome
Doc.
Nome
Doc.
Est. Civil
Doc.
Est. Civil
Doc.
Nascimento
Doc.
Doc.




24
HORAS NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH870841
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.
Escritório
SPPS: 78631 Série

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Seio: EDZF00660-ASA - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



AUTENTICAÇÃO

1

MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI
CNPJ/CEI/CPF: 04.312.370/0001-15
Endereço: 24 DE FEVEREIRO, Nº 125
Município: RIO DE JANEIRO UF: RJ

Nome: CAROLINA ULBRICH MARQUES
Cargo: ADMINISTRADOR
CBO: 252105
Matricula: 265

Date of admission: 1 de Agosto de 2020

Remuneração especificada 3.505,00

MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI

10 21

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1^o 2^o

Com. Dispensa CD N°

24^º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH766080
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZF61271-AWX - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

Acervo Técnico

Responsável Técnico Carolina Ulbrich Marques

A handwritten signature in blue ink, located in the lower right area of the page. It appears to be a stylized representation of the name "Carolina".

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ**
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 13154/2021

Certidão válida até 19/01/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93, alterada pela Lei nº 8883/94, que o profissional abaixo identificado, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ à prestação de serviços descritos nos(s) Atestado(s)/Declaração(ões) aqui apresentado(s) e demais atividades previstas na Lei nº 4769/65, decreto nº 61934/67. Certificamos que o citado profissional tem executando serviços atinentes à sua área de atuação, conforme constam no(s) atestado(s)/declaração(ões), que fazem parte integrante desta Certidão devidamente registrados por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão da Administração Pública ou Privada, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que a desabone ou comprove a falsidade do(s) referido(s) Atestado(s)/Declaração(ões).

Nome do Profissional: **CAROLINA ULBRICH MARQUES**Reg CRA-RJ: **20-94830**CPF: **042.539.719-03**Endereço: **DI CAVALCANTI, 111 - bloco 2 apto 309 gr2**Cidade: **RIO DE JANEIRO UF: RIO DE JANEIRO****REGISTROS DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO RCAs**

RCA nº 20211000100167 - Data 28/06/2021

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM

Contrato nº 27/2020

Data de Início: 17/06/2020

Prazo do Contrato: 16/06/2021

Valor do Contrato: R\$ 2.523.473,40

Descrição do Serviço: Prestação de serviço especializado e contínuo de higienização, conservação e limpeza das instalações internas, externas e fachada, com fornecimento de material e equipamentos necessários.

Locais de serviço: Av: Presidente Vargas, 1.100 (Rio); Rua: Professor Heitor Carrilho, 80 (Niteroi) e Rua: E s/n, Lote 8 Quadra 3 (Queimados).

Número de funcionários: Servente - 64; Encarregado - 2; Líder de turma - 1, totalizando 67 funcionários.

RCA nº 20201000100186 - Data 01/12/2020

Contratante: MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Contrato nº 68/19

Data de Início: 01/12/2019

Prazo do Contrato: 30/11/2020

Valor do Contrato: R\$ 9.100.000,00

Descrição do Serviço: Prestação de serviços de limpeza, conservação, desinfecção, desratização, descupinização e higienização e limpeza dos reservatórios de água com exame de potabilidade da mesma, bem como serviços de ascensorista, motorista, copeiragem e garçom, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, nas dependências da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Com a utilização de 4 encarregados,

Código de controle da certidão: 0.6293310903091963

Emitida em: 19/07/2021 às 10:33

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
80 copeiros, 95 serventes, 2 graçõs, 13 ascensoristas, 10 motoristas e 21 auxiliares de serviços gerais,
totalizando 225 funcionários.

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2021.

Código de controle da certidão: 0.6293310903091963
Emitida em: 19/07/2021 às 10:33
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.



Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
parte integrante da CERTIDÃO n.º 173.04/2020
expedida nesta data que relaciona o
RCA n.º 102186 de 01/12/2020
efetuado neste Conselho.

ARIA APARECIDA P. U...
Assessor Administrativo
Selo de Registro Profissional



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE MATERIAL E SERVIÇOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, inscrita sob o CNPJ nº 30.467.039/0001-84, situada na Praça Floriano, s/nº, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo Sr. Vitor de Oliveira Araújo, Substituto Eventual da Diretora de Material e Serviços, vem atestar, para fins de comprovação, que a empresa MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15, com sede na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro, nº 129 – Bonsucesso – Rio de Janeiro/RJ, executa os serviços abaixo discriminados, de acordo com o Contrato de nº 68/19, assinado em 29 de novembro de 2019, com início da prestação do serviço em 1 de dezembro de 2019.

- Prestação dos serviços de limpeza, higiene, conservação, desinfecção, desratização, descupinização e higienização e limpeza dos reservatórios de água com exame de potabilidade da mesma, bem como serviços de ascensorista, motorista, copeiragem e garçom, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, nas dependências da Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ. Com a utilização de 4 (quatro) encarregados, 80 (oitenta) copeiros(as), 95 (noventa e cinco) serventes, 2 (dois) garçons, 13 (treze) ascensoristas, 10 (dez) motoristas e 21 (vinte e um) Auxiliares de Serviços Gerais, totalizando 225 (duzentos e vinte e cinco) funcionários.

O valor do contrato anual é de R\$ 9.100.000,00. (nove milhões e cem mil reais), com início em 1 de dezembro de 2019 e prazo de 12 (doze) meses.

Locais da prestação do serviço: Palácio Pedro Ernesto e seu Edifício Anexo (Edifício Eurico Gaspar Dutra); Edifício situado à Av. Treze de Maio, nº 13; Edifício situado à Praça Floriano nº 55; Edifício situado à Praça Floriano nº 51; e Estacionamento Arcos da Lapa. Com metragem total interna de 17.694,59 m², e Externa de 317 m²; Área externa descoberta para estacionamento de 1.838,78 m²; Área hospitalar administrativa 18.90 m² e Área Hospitalar Ambulatórios 35,73 m².

Todos os serviços vêm sendo executados sob a responsabilidade técnica da Adm. Carolina Ulbrich Marques, CRA/RJ nº 20-94830, desde 13 de fevereiro de 2020, de forma satisfatória e adequadamente, atendendo todas as demandas e exigências solicitadas, não havendo nada que desabone a conduta e a capacidade técnica da referida empresa.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2020.

Vitor de Oliveira Araújo
VITOR DE OLIVEIRA ARAUJO

Substituto Eventual da Diretora de Material e Serviços
Matrícula nº 10/814.880-1
Telefone: (21) 3814-1021

Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
parte integrante da CERTIDÃO n.º 173.04/2020
expedida nesta data que relaciona o
RCA n.º 102186 de 01/12/2020
efetuado neste Conselho.

ARIA APARECIDA P. U...
Assessor Administrativo
Selo de Registro Profissional

Carolina Ulbrich Marques
CRA-RJ 20-94830

24 horas de atendimento

24º OFÍCIO DE NÚCIAS - JOSE MARIO FILIPELLO FILHO
Avenida Almirante Barros, 139 - C. Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

AUTENTICACAO

QR Code

Certifico e dou fé, que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que foi apresentado como sendo o original de **Carolina Ulbrich Marques** de **Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.**

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escritório: R\$ 6,26 - T.J.Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,81
Emolumentos: R\$ 6,26 - T.J.Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,81
Selo: EDZF61224-AOV - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONTRATO N.º 68/19



24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH766044
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.



AUTENTICAÇÃO

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZF61226-AK8 - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
COM FORNECIMENTO DE MATERIAL
FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO E M Z SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO EIRELI, NA FORMA ABAIXO:**

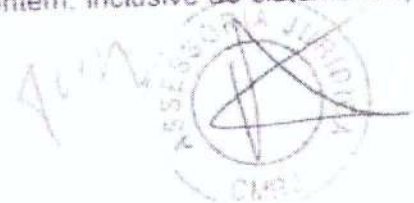
Ao(s) VINTE E NOVE dia(s) do mês de NOVEMBRO do ano
dois mil e dezanove, na sede do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro, situada
na Praça Floriano, s/nº, nesta Cidade, compareceram, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.467.039/0001-84, adiante chamada,
simplesmente, "CÂMARA" e representada por seu Presidente, Vereador **JORGE MIGUEL
FELIPPE**, e de outro lado a empresa individual de responsabilidade limitada **M Z SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO EIRELI**, estabelecida na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro nº 129,
Bonsucesso, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21.040-300, inscrita no CNPJ sob o nº
04.312.370/0001-15, neste ato representada por seu titular, **THIAGO PONTES DE SOUZA**,
brasileiro, casado em comunhão parcial, empresário, portador da Carteira de Identidade nº
21.399.535-0, expedida pelo Detran/RJ e inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, adiante
chamada, simplesmente, "CONTRATADA", e por essas partes foi dito que, tendo em vista o
que consta do processo administrativo número **CMRJ 1804/19**, adiante referido como
"PROCESSO", pactuam prestação de serviços na forma das cláusulas e condições abaixo

1ª) NORMAS APLICÁVEIS – Rege o presente contrato toda a legislação pertinente, no que
couber, a Lei Complementar Federal nº 101/00 e, em especial a Lei Federal nº 8.666, de 21
de junho de 1993 e suas alterações, a Lei Municipal nº 207, de 19 de dezembro de 1980,
ratificada pela Lei Complementar Municipal nº 1, de 13 de setembro de 1990 e suas
alterações, bem como o respectivo Regulamento, baixado pelo Decreto Municipal nº 3.221,
de 18 de setembro de 1981 e a consolidação de suas alterações, editada pelo Decreto
Municipal nº 15.350, de 06 de dezembro de 1996, além da Lei Municipal nº 6.485/19,
diplomas esses cujas disposições se dão por integrantes deste instrumento, como se aqui
transcritas estivessem, assim como o inteiro teor do edital constante do PROCESSO.

Parágrafo Único. A contratada declara conhecer as normas alinhadas no caput desta
cláusula e submeter-se a tudo quanto nelas se contém, inclusive ao sistema de penalidades
ali previsto.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

24

OFÍCIO DE NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto

Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.

OFÍCIO

Escrova

CTPS: 76631 80 de 108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS

Emolumentos: R\$ 6,26 - TJJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,81

Selo: EDZF61272-AYA - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

2ª) OBJETO – O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRADA à CÂMARA, de serviços contínuos de limpeza, higiene, conservação, desinfecção, desratização, descupinização e higienização e limpeza dos reservatórios de água com exame de potabilidade, bem como de ascensorista, motorista, copeiragem e garçom, nas dependências e em atendimento às necessidades da CMRJ, com fornecimento de mão de obra, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo X do Edital), constante do PROCESSO, que também integra este instrumento, como se aqui transcrito estivessem.

3ª) PRAZO – O prazo de duração do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de recebimento da autorização para seu início, e cujos serviços constantes do objeto deverão ser executados na forma constante do Termo de Referência, (Anexo X do Edital), que dele é parte integrante e que somente se poderá prorrogar, a critério da CÂMARA, nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único – Não será concedida prorrogação a pretexto de força maior, em razão de ocorrência não comunicada por escrito ao órgão gestor/fiscalizador do contrato, na forma do disposto na Cláusula 5ª, abaixo, ou não aceita como tal pelo mesmo órgão, nos 3 (três) dias úteis seguintes à verificação do fato.

4ª) PREÇO – O preço total dos serviços ora contratados é de R\$ 9.100.00,00 (nove milhões e cem mil reais). O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da fatura correspondente a cada período de adimplemento, que deverá estar devidamente atestada pelo órgão gestor/fiscalizador do contrato a que se refere à Cláusula 5ª, *infra*, conforme previsto no item 16 do Instrumento Convocatório, e mediante a exibição dos documentos listados no item 10.17 do Termo de Referência (Anexo X do Edital).

§1º. O pagamento da primeira fatura ficará condicionado, ainda, à entrega dos documentos exigidos no item 10.14 do Termo de Referência (Anexo X do Edital).

§2º. Por ocasião do pagamento das notas fiscais e ou faturas pela CMRJ será exigido da contratada que comprove a regularidade de sua qualificação jurídica, fiscal e, técnica, que deverá ser atestada por escrito nos autos do processo, por despacho, cota ou outro expediente, pelo órgão e ou agente responsável pela gestão/fiscalização da execução do contrato, para ciência dos ordenadores de despesa da CMRJ.

§3º. Eventual irregularidade encontrada na condição fiscal da contratada, em particular no concernente à regularidade dos recolhimentos das contribuições previdenciárias e do fundo de garantia por tempo de serviços, na forma do disposto no art. 195, §3º da CRFB e art. 27 da Lei 8.036/90, deverá ser apontada pelo gestor/fiscal da execução do contrato nos autos do processo, sob pena de responsabilidade.

§4º. O prazo de pagamento estipulado no *caput* desta cláusula recomençará a correr da data de reapresentação da fatura, quando esta decorrer de erro ou ineficiência imputável à CONTRATADA.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page.

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente conta é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZF01273-ANH - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



AUTENTICAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

§5º. As despesas decorrentes deste contrato no presente exercício, no valor de R\$ 758.333,33 (setecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), correrão por conta do Programa de Trabalho nº 20.01.0103100032.033 e Elemento de Despesa 3.3.90.39.68.00, tendo sido empenhada conforme Nota de Empenho PL-0398, Tipo Global, Exercício 2019, emitida em 05 de novembro de 2019, retificada pela Nota de Retificação nº PL - 0152, emitida em 28/11/2019.

§6º A critério da CÂMARA poderá acrescer-se ou reduzir-se o objeto do presente contrato no correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado no *caput* desta Cláusula, ajustando-se, para tanto, preços e prazos, sem alteração das demais condições do presente negócio, vedado à CONTRATADA, sob as penalidades previstas na Cláusula 9ª, adiante, opor-se ao acréscimo ou supressão.

§7º Na hipótese de prorrogação do contrato, o seu valor poderá ser reajustado pelo IPCA/IBGE, na forma estabelecida no art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, e no item 14.4 do Termo de Referência (Anexo X do Edital). Para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado o que preceitua o art. 65, II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.

§8º. Admitir-se-á a repactuação do valor contratual, desde que solicitada ou ressalvada pela CONTRATADA anteriormente a eventuais prorrogações, sob pena de preclusão, e respeitado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente considerado para a apresentação da proposta, relativamente a cada categoria profissional abrangida, bem como mediante demonstração analítica da variação suscitada, na forma estabelecida no item 14 do Termo de Referência (Anexo X do Edital).

§9º As despesas referentes ao próximo exercício serão reservadas e empenhadas à época própria, quando da publicação da respectiva Lei Orçamentária.

5ª) **GESTÃO DO CONTRATO** – A gestão do presente contrato, ficará a cargo da DIRETORIA DE MATERIAL E SERVIÇOS DA CMRJ/PRIMEIRA SECRETARIA DA CMRJ, que deverá indicar, a seu critério e de acordo com a complexidade do objeto pactuado, um fiscal, com a atribuição na tarefa de acompanhamento da execução do contrato.

§1º A CONTRATADA declara submeter-se às condições, métodos e processos de inspeção, verificação, controle e correção adotados pelo órgão fiscalizador, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, informações, esclarecimentos ou comunicações necessárias, a critério daquele mesmo órgão, ao exercício da fiscalização.

§2º A existência, presença e atuação da fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade legal e contratual da CONTRATADA, nem a dispensa de manter controle próprio da execução do contrato.

§3º O gestor e fiscal do contrato ficarão responsáveis por fazer cumprir as regras previstas no Capítulo III, seção IV, da Lei Geral de Licitações, especialmente o contido no art. 67 do



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

7ª) OBRIGAÇÕES DA CÂMARA – São obrigações da CÂMARA:

- efetuar, observadas as condições estipuladas neste contrato, os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessários à execução dos serviços, dando-lhe acesso ao(s) local(ais) dessa execução;
- fiscalizar a execução dos serviços e o cumprimento deste contrato;
- receber provisória e definitivamente os serviços prestados, observadas as prescrições legais pertinentes.

8ª) RESPONSABILIDADE – Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar à CÂMARA ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervier ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se a cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CÂMARA, em razão de danos a terceiros.

Parágrafo Único - Responde, ainda, exclusiva e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais, securitárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra necessários a mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter a CÂMARA a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas à CÂMARA.

9ª) PENALIDADES – Sem prejuízo da faculdade da CÂMARA de rescindir unilateralmente o contrato e de haver as perdas e danos daí decorrentes, o inadimplemento, pela CONTRATADA, das obrigações aqui contraídas sujeita-la-á às sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, bem como nos arts. 361 da Lei Municipal nº 207, de 1980 e 589 do Regulamento consolidado pelo Decreto municipal nº 15.350, de 1996, aplicáveis alternativa ou cumulativamente, na forma prevista nesses mesmos diplomas legais e pelos órgãos ali indicados como competentes.

§1º. A aplicação das penas de advertência e multa é da competência do órgão gestor designado na Cláusula 5ª; as demais sanções reservam-se à Mesa Diretora da CÂMARA.

§2º. A inércia da CÂMARA diante de qualquer infração à lei ou às disposições deste contrato e do edital não configurará ato de tolerância nem poderá interpretar-se como novação do presente negócio, ou renúncia da mesma CÂMARA a quaisquer dos seus direitos.

24
24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2024. **Marques dos Santos**
Escrivão

OTPS: 78831 Sede 108RJ
Emolumentos: R\$ 6,26 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,81
Selo: EDZF61276-ARM - Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

§3º. Ressalvada a faculdade prevista no inciso XV do art. 78 da Lei federal nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, levantar exceção de inadimplemento, para interrupção unilateral dos serviços.

10ª) RESCISÃO – Ter-se-á por rescindido o presente contrato:

a) de pleno direito, sem exigibilidade de ressarcimento ou compensação por qualquer das partes, no caso de força maior que torne absolutamente impossível prosseguir-se na sua execução, sequer parcial.

b) por ato unilateral da CÂMARA, a critério desta e eficaz a partir de sua publicação no "Diário da Câmara Municipal", no caso de inadimplemento grave, pela CONTRATADA, de suas obrigações contratuais ou legais, inclusive no caso de verificar-se errônea ou fraudulenta a sua habilitação para obter adjudicação dos serviços contratados.

§1º. No caso do item "b" do caput desta cláusula, a rescisão administrativa não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que se refere a Cláusula 9ª, *supra*, nem de indenizar a CÂMARA dos prejuízos causados pelo inadimplemento e ruptura do contrato; e obrigará, ainda, a CONTRATADA a se retirar do local dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da publicação naquele item referida.

§2º. Ter-se-á por feita qualquer notificação, intimação ou comunicação relativa ao presente contrato, se dirigida ao endereço indicado pela CONTRATADA no início deste instrumento, ainda que lá não se encontre esta, salvo comprovação de ter comunicado à CÂMARA mudança daquele endereço, nos 5 (cinco) dias seguintes à ocorrência de tal mudança

11ª) RECURSO AO JUDICIÁRIO – Os valores das penalidades e indenizações eventualmente devidas pela CONTRATADA, se não pagos na via administrativa, serão cobrados judicialmente, após inscrição como Dívida Pública municipal, se cabível, acrescidos de pena convencional de 10% (dez por cento) do valor total devido, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o mesmo total e verba honorária de 20% (vinte por cento) do montante afinal exequendo.

12ª) GARANTIA – A CONTRATADA deverá apresentar garantia, até a assinatura do presente CONTRATO, nas modalidades previstas no art. 56 §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, referente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, sem a qual nenhum pagamento será efetuado.

13ª) PUBLICAÇÃO – O presente instrumento será publicado, por extrato, no prazo legal e às expensas da CONTRATADA, no "Diário da Câmara Municipal", cumprindo à CÂMARA submetê-lo aos Órgãos competentes de controle interno e externo, também nos prazos de lei.

24
OFÍCIO DE NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO


Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2019

Escritório
OTPS: 78831 Sede 108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZF61277-AKN - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

OFÍCIO DE NOTAS
Marques dos Santos

AUTENTICAÇÃO



112

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

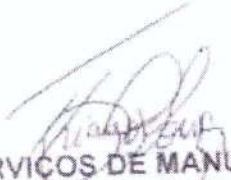
14ª) CONTROLE E EFICÁCIA - A CÂMARA remeterá cópias deste contrato à Controladoria Geral da CMRJ, no prazo de 05 (cinco) dias após sua assinatura, e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação.

15ª) FORO - Fica eleito o foro desta Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer conflitos oriundos do presente contrato, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Assim acordes, firmam o presente termo em duas (2) vias de igual teor e forma e para um só efeito, com as testemunhas instrumentárias abaixo.

Rio de Janeiro, 29 de NOVENBRO de 2019.


VEREADOR JORGE MIGUEL FELIPPE
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO


M Z SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EJRELL
Mário Fontes de Souza
Sócio
RG 213996350 DIC/RJ
CPF 111.348.607-10

TESTEMUNHAS:
Nome: André Vinícius Aguiar de Faria
Identidade n.º 110.108-049/SS CPF 077.616.987-27
Nome: Victor Henrique Lucena Pereira
Identidade n.º 835232956 CPF 137655967-90



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria das Cidades
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

113

Certifico, em cumprimento do despacho exarado em dezoito de junho de dois e vinte um pela Superintendente Administrativa da Fundação Departamento de Estrada de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.521870/0001-25, para fins de averbação em Conselho de Entidade de Classe, que de acordo com o consignado no processo de número SEI-330027/001471/2021, teve origem o requerimento da Empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA. CERTIFICO:** que do processo acima mencionado consta o seguinte: Atestamos para fins de comprovação de qualificação técnica, que a empresa, **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA** escrita sob o CNPJ nº 04.312.370/0001-15, com sede na rua Vinte e Quatro de Fevereiro nº129, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, prestou os serviços abaixo descritos de acordo com o contrato nº27/2020, assinado em 05 de Junho de 2020, pelo período de execução de serviços em 17/06/2020 e término em 16/06/2021, decorrente do Pregão Eletrônico nº47/2020, tendo como responsável técnico, a administradora Carolina Ulbrich Marques CRA/RJ nº20.94830.

Objeto do Contrato:

Prestação de serviço especializado e contínuo de higienização, conservação e limpeza das instalações internas, externas e fachada, com fornecimento de material e equipamentos necessários.

Locais de serviço:

LOCAIS DE SERVIÇOS
Av: Presidente Vargas, 1.100 - Centro- Rio de Janeiro - RJ.
Rua: Professor Heitor Carrilho, 80- Centro - Niterói -RJ.
Rua: E, s/n, Lote 8, Quadra: 3 - Distrito Industrial - Queimados -RJ

Número de Funcionários:

FUNCIONÁRIOS	QUANT.
Servente	64
Encarregado	02
Líder de Turma	01
TOTAL	67

Reservado para o CREA-RJ

Autenticação Cartório





TIPO DE ÁREA E METRAGENS

Do Edifício Sede Rio de Janeiro

Tipo de área	Metragem
Área do Loteamento	918,75 m ² externo
Pavimento térreo	460,45 m ²
Sobreloja	460,45 m ²
Pavimentos (2º ao 15 pavimento)	806,00 m ²
Metragem total interna	12.204,90m²

Fachadas:

Presidente Vargas	15 pavimentos com 30 metros de largura e 3 metros de altura, totalizando 1.320m ²
Regente Feijó	15 pavimentos de 28 metros de largura e 3 metros de altura, totalizando 1.150m ²
Fachada Fundos	15 pavimentos com 6 metros de largura e 2 metros de altura, totalizando 180m ²
Total	12.204,90m²

Limpeza de reservatórios de água:

Reservatório superior	100.000,00 litros
Reservatório inferior (cisterna)	250.000,00 litros

Do Edifício de Niterói:

Tipo de Área	Metragem
Prédio principal (2º ao 8 pavimento)	560,00 m ²
Oficina e almoxarifado	1.374,00m ²
Total de área interna	5.294,00m²

Reservado para o CREA-RJ	Autenticação Cartório
--------------------------	-----------------------





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria das Cidades
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

115

Distrito Industrial:

Tipo de Área	Metragem
Terreno	2.380,00m ² externo
Bloco 11	245,75m ²
Bloco 12	215,79m ²
Bloco 13	742,03m ²
Bloco 14	26,61m ²
Total área interna	1.230,18m²

Valor Total do Contrato:

R\$ 2.523.473,40 (dois milhões, quinhentos e vinte três mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos). Declaramos ainda todos os serviços foram prestados de forma satisfatória, não havendo nada que desabone a conduta técnica desta empresa. Rio de Janeiro, de 2021. STEPHANIE AMORIM Superintendente Administrativa da Fundação DER-RJ Matrícula 13/9120841-6. ID:5103655-0. E por nada mais constar, eu THAMIRIS RAVIZZINI CURVELO, Adjunto I, COOSGE/DAD, matrícula 13/91250-1, digitei a presente certidão que dato e assino. Rio de Janeiro 21 de Junho de 2021.

Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
parte integrante da CERTIDÃO n.º 1.230,18m²
expedida nesta data que relaciona o
RCA nº 1.230,18m² de 21/06/2021
afetado neste Conselho.

Confere:

THAMIRIS RAVIZZINI CURVELO,
Assistente II,
COOSGE/DAD,
Mat. 13/91250-1 ID 5106344-1

WALTOIR MUXINELLI FILHO
Coordenador da COOSGE/DAD
Mat. 13/56061-5 ID 2840276-6

Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
parte integrante da CERTIDÃO n.º 1.230,18m²
expedida nesta data que relaciona o
RCA nº 1.230,18m² de 21/06/2021
afetado neste Conselho.

Carolina Ulbrich Marques
Administradora
CRA/RJ 20-94830

VISTO

STEPHANIE AMORIM
Superintendente de Administração
ID: 5103655-0

Reservado para o CREA-RJ

Autenticação Cartório





CERTIDÃO Nº 00138/2021

Certificamos que a Certidão de RCA nº 12533/2021, datada de 05/07/2021, refere-se ao RCA nº 20211000100152 do tomador de serviços: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM, conforme cópia do atestado anexo.

Certificamos, ainda, que em razão dos diversos dispositivos legais emanados pelas autoridades sanitárias nacionais e internacionais em face da evolução da contaminação pelo Coronavírus (Covid 19), que vem promovendo a adoção de medidas excepcionais de atendimento das necessidades dos cidadãos, a presente CERTIDÃO foi emitida em substituição a aposição de carimbo no Atestado de Capacidade Técnica.

Do que, para constar, eu, Adm. Ana Cristina Santos, CRA-RJ 20-76504, matrícula nº 3070, Chefe do Setor de Registro de Pessoa Jurídica, lavrei e assinei a presente certidão.



DOCUMENTO ASSINADO POR ANA CRISTINA CEZAR DOS SANTOS EM 05/07/2021 ÀS 18:55:04 DO HORÁRIO DE BRASÍLIA.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA, PARA VALIDAR ACESSE <http://sistemacra-rj.com.br/assinaturas/validarAssinatura/X1R80622> OU UTILIZE O QR CODE.

Documento gerado através do sistema SIFA.



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CONTRATO Nº 21 /2020
INSTRUMENTO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI FAZEM, A FUNDAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE
RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO - DER-RJ E A Empresa
**MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO
EIRELI**, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DER-RJ**, vinculada à **VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante designada apenas por **DER-RJ**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas nº 1.100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.521.870/0001-25, neste ato representado por seu Presidente, **Engº. URUAN CINTRA DE ANDRADE**, portador da Carteira de Identidade nº 2924575-5, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 597.535.607/53, e pelo Diretor da Diretoria de Administração - **DAD - Drº ELIAS MORAIS JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº 131888, expedida pelo OAB-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.193.537-56 e a Empresa **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.312.370/0001-15, com sede na Rua vinte e Quatro de Fevereiro, nº 129 - Bonsucesso - Rio de Janeiro/RJ, representada pelo seu Sócio **THIAGO PONTES DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade 213995350, expedido pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 111.548.607-10, têm justo e acordado o presente Contrato que é celebrado em decorrência do **PREGÃO ELETRÔNICO DER/RJ Nº 047/2019**, conforme autorizado pelo Presidente do **DER-RJ**, no Processo Administrativo nº **E-16/00.007808/2019**, adiante chamado simplesmente **PROCESSO**, e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878150
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ-Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK01325-AXQ - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sistema-publico>

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CLAUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O presente Contrato rege-se por toda a legislação aplicável, pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelos Decretos Estaduais nº 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, Lei Estadual nº 287, de 04.12.1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto Estadual nº 3.149, de 28.04.1980 e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de Janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, bem como pelas condições de execução, penalidade, pagamento e demais obrigações constantes do Edital de Licitação e seus anexos (em especial o Termo de Referência), legislação e normas que são consideradas como complementares deste Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem por objeto a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de higienização, conservação e limpeza das instalações internas, externas e fachada, com fornecimento de material e equipamentos necessários" conforme especificações e condições previstas no Termo de Referência, seus anexos e no presente Edital.

CLAUSULA TERCEIRA - DO COMPROMISSO

3.1. A CONTRATADA responderá perante a CONTRATANTE pelos compromissos assumidos, de acordo com o objeto desta licitação, que deverão

24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878151
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK01326-AQL - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/itspublico>

OFICIO DE NOTAS
Escritório do
CTD

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

ser rigorosamente providenciado dentro das condições especificadas na Proposta Detalhe e seus anexos, constantes do Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

4.1 O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do memorando de início, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no D.O, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada no memorando observando-se o limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que a Proposta da Contratada seja comprovadamente mais vantajosa para o DER-RJ.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato.
- 5.2. Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato.
- 5.3. Exercer a fiscalização do contrato, nomeando Gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 5.4. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878152
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. Escrivão: 78631 Edr

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK01327-AKX - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

QR CODE



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

§ 1º. A existência e a atuação da fiscalização do DER-RJ em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- 6.2. Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- 6.3. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 6.4. Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 6.5. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- 6.6. Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- 6.7. Prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- 6.8. Se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais,

24º 24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878153
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original. 24º OFÍCIO DE NOTAS
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. *Alberto Marques*
Escritor
CTPS: 78631 Série 108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 0,25 - TJ-Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 2,80
Seio: EDZK01328-ARX - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do objeto contratual;

6.9. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução do contrato de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

6.10. Se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução dos serviços ou em decorrência deles.

6.11. Observar na execução dos serviços, quando aplicáveis a este, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.

6.12. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal n.º 8.213/91.

6.13. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878154
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

Escritório de Notário
Bruno Monteiro de Freitas
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 10,80
Selo: EDZK01329-AQK - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

ocorrer até a Aceitação Definitiva dos serviços.

6.14. Na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08.03.07, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra.

6.15. Obriga-se a apresentar para fins de comprovação, mensalmente, prova de que:

- a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à prestação dos serviços, e
- c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos

6.16. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do **CONTRATANTE**, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função.

6.17. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

6.18. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607/AH878155
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. Escrovo: 78631 86

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ-Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK01330-AUD - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

I - até 200 empregados.....	2%.
II - de 201 a 500.....	3%.
III - de 501 a 1.000.....	4%.
IV - de 1.001 em diante.....	5%.

6.19. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública

6.20. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DER-RJ;

6.21. Prestar esclarecimentos ao DER-RJ sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

6.22. Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a alteração subjetiva do contrato ficará condicionada à observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art. 27 da Lei 8.666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação; à manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original; à inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e à anuência expressa da Administração, após a

**24h**
OFÍCIO DE NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878156
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.
Escritório de
CTPO: 78831-849 108RJ



AUTENTICAÇÃO

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumento: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK01331-AEF - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Vice Governadora do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato.

6.23. Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência e do Edital.

CLAUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas a serem realizadas para pagamento dos serviços correrão à conta do Programa de Trabalho nº 0841.2612200022.016, Natureza de Despesa nº 3390.39, na Região 330000, Fonte de Recurso 230, tendo sido empenhado pelo documento nº 2020NE00597, de 05/06/2020, a importância de R\$210.289,45 (duzentos e dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), conforme despesa liberada pelo Decreto nº 46.898, de 07/01/2020, publicado no Diário Oficial de 08/01/2020 e Decreto nº 46.931, de 07/02/2020, publicado no Diário Oficial de 10/02/2020. O Saldo no valor de R\$2.313.183,95 (dois milhões, trezentos e treze mil, cento e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) deverá ser empenhado, após o faturamento dos serviços, correndo a despesa à conta das Dotações Orçamentárias dos respectivos orçamentos do DER-RJ, para os exercícios financeiros de 2020/2021, obedecendo ao Cronograma.

CLÁUSULA OITAVA: VALOR DO CONTRATO

8.1. Ao presente Contrato é dado o valor de R\$2.523.473,40 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

[Handwritten signature]

24 24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878157
Avenida Almirante Balthus, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

24 OFÍCIO DE NOTAS - Alberto Marques Escrivão
GTPS: 78831 Série 10881

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK01332-AHX - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO

[Handwritten mark]



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CLÁUSULA NONA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pela autoridade competente, conforme ato de nomeação.

9.3. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

9.4. A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam apresentadas à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham a impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

9.5. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607/AH878158
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

OFÍCIO DE
Alberto Marques do
Escritório
CTPS: 78831-84 nº 108R

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumento: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: ED2K01333-AAM - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados

9.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

9.7. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata o inciso XXVII, da cláusula nona, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

9.8. Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas a consulta on-line acerca da situação cadastral da Contratada, bem como consulta ao CEIS, bem como consulta a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011

9.9. As consultas a que se refere o parágrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento das parcelas, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8666/93.

9.10. Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou único, superior a 120 (cento e vinte) dias

24 24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878159
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escritor
CTPS: 70031 Série 108P

Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 10,80
Selo: EDZK01334-ALN - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

consecutivos, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações (quando couber).

9.11. Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DER-RJ, se estiverem de acordo com os Termos de Referência e o Cronograma constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DER-RJ bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666/1993 e suas posteriores alterações e da Legislação Estadual pertinente.

CLÁUSULA DECIMA: DA RESPONSABILIDADE

10.1. A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

10.2. A CONTRATADA manterá na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo exclusivamente às suas expensas quaisquer despesas não cobertas pela respectiva apólice

10.3. Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- a) Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
 - b) Imperfeição ou insegurança nos serviços;
 - c) Falta de solidez dos serviços executados, mesmo verificada após o termino deste contrato;
- [Handwritten signature]*

24 24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878160
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. *[Handwritten signature]*
Escritor dos
DPS: 78631 Série 10

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK01335-ADM - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

- d) Ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir aos serviços;
- e) Esbulho possessório;
- f) Prejuízos causados à propriedade de terceiros.

10.4. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

10.5. A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

10.6. A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878547
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. CTPS: 78831

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02565-AOM - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

10.7. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos artigos 10.5 e 10.6 assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

10.8. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo único. No caso do 10.8., será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

11.1. O DER-RJ pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH-878548
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

OFÍCIO
Alberto Marques
Escritor
CTPS: 78831

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,56 - Total: R\$ 8,81
Selo: EDZK02566-ARE - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

24º OFÍCIO DE NOTAS



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas no Edital e neste Contrato, e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

11.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através do crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, atualmente Banco Bradesco S/A, ou outro que venha a substituí-la, cujo número e agência deverão ser informados pela **CONTRATADA** até a assinatura do Contrato

11.2.1. O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

11.3. No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

11.4. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela

11.5. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 0896074H878549
Avenida Almirante Barros, 139 - C. Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escrivente
O TPS: 78831 e file 108P

Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK02567-AUK - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

11.6. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

11.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de **0,5% (zero virgula cinco por cento)** ao mês, calculados "pro rata die" e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste instrumento serão feitos mediante desconto de **0,5% (zero virgula cinco por cento)** "pro rata die".

11.8. Caberá à **CONTRATADA**, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

11.9 A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

11.10. Os pedidos de reajustes serão recebidos por meio de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

11.11. Os preços contratados só poderão ser reajustados após **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do instrumento contratual, obedecendo-se em tudo o que dispõe Lei Federal nº 9.069, de 29.06.1995.

24 OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878550
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02568-AJN - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitapublico>

OFÍCIO DE NOTAS
Marques dos
Recreio
CPE-78831 Série 10ARJ

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

alterada pela Lei Federal nº 10.192, de 14.02.2001, retroagindo a época da data base das propostas.

11.12. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

11.13. Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

11.14. As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil

11.15. A Contratada, sediada no Estado do Rio de Janeiro, deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de Julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 09 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

11.16. Aplicam-se ao pagamento e ao reajuste os procedimentos previstos no Edital vinculado a este contrato.

24º
OFÍCIO DE NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

089607AH878551

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. *Escrevente:* **Benito Marques do**
CPF: 78831 86416

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ-Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02569-AMF - Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

11.17. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o artigo 6.24., suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

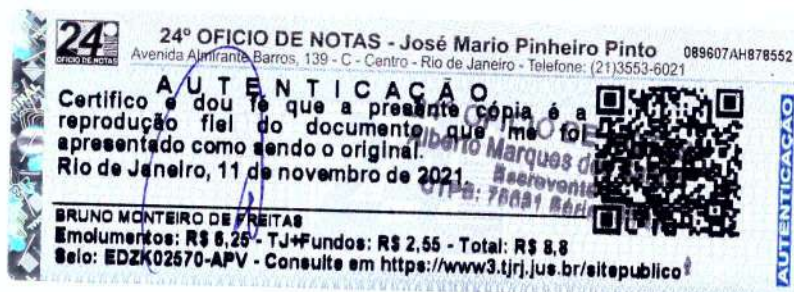
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA

12.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de **2% (dois por cento)** do valor do contrato de serviço, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato,
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato,
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**

12.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

12.3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.





Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

12.4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

12.5. O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

12.6. Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

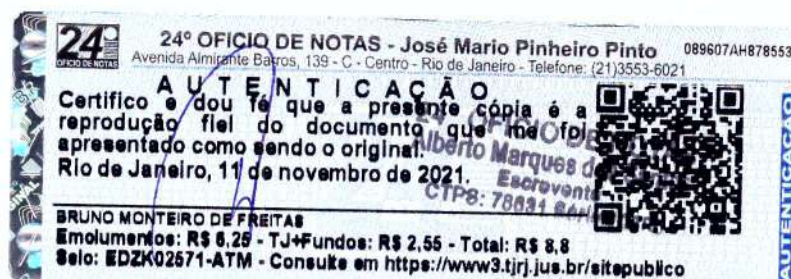
12.7. O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO

14.1 O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula





Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

sexta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

14.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

14.4. No caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato, o DER-RJ poderá, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis:

- I – assumir imediatamente o objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio ou por terceiro designado;
- II – ocupar e utilizar o local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade;
- III – executar a garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- IV – reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração, inclusive de forma cautelar.

14.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do artigo anterior fica a critério do DER-RJ, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607/AH878554
Avenida Almirante Barcos, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escrivente
CPS: 78831 9446

Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02572-AED - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadora do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

14.6. Na hipótese do artigo 14.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ordenador de Despesas

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E
DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

15.1. As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva,

24 OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878555
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

OFÍCIO DE NOTAS
Bruno Monteiro de Freitas
Escritor

Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ-Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK02573-AWT - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

15.2. Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878527
Avenida Almirante Barroso, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

24º OFÍCIO DE NOTAS
Escritório
CTPS: 78931 Série 1088

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK02545-AXI - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadora do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

15.3. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

15.4. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no artigo 15.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

15.5. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do artigo 15.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do artigo 15.2, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação da Autoridade Superior da entidade a qual o órgão se encontra vinculado.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do artigo 15.2, é de competência exclusiva da Autoridade Superior da entidade a qual o órgão se encontra vinculado.

15.6. Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos artigos 10.5 e 10.6 da CLÁUSULA DÉCIMA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

15.7. As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b do 15.2.:

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878536
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

Escritório de Notas
CTPS: 70831 Série 188R.1

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80 R.1
Selo: EDZK02554-ABJ - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO




Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

15.8. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c do artigo 15.2:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos artigos 15.5, 15.6 e 15.8.


15.9. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo



24h
OFÍCIO DE NOTAS

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.
Escritor
CIPS: 78831 Série 10



AUTENTICAÇÃO

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: ED2K02553-AMO - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

15.10. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.11. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

15.12. Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.13. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.14. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878534
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. Escrivente: Uberio Marques de
CTPS: 78831 Série 1000

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02652-AOR - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

15.15. - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.16. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

15.17. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do caput e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

15.18. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

15.19. Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);





Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

15.20. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

15.21. Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do artigo 15.2., de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

15.22. A aplicação das sanções mencionadas no artigo 15.20, deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

16.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH876532
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escritor
CTPS-78031 Série 108RJ

Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02550-AJL - Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

16.2. Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

17.2. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

17.3. Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

24º 24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607/AH879531
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.
Escritor
CTPS- 75631 Série 108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZK02649-AJR - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

17.4. Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

18.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

18.2. É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878530
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. Escrivão
CTPS: 78631 Sade

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 4,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 6,80
Selo: EDZK02648-AHI - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

20.1. O DER-RJ se obriga a providenciar, a expedição do extrato deste instrumento para a publicação no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil seguinte da assinatura para ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias** daquela data, ficando condicionada a eficácia do Contrato à respectiva publicação.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS.

21.1. O Presidente do DER-RJ, delega ao Diretor da Diretoria de Administração – DAD, Dr. **ELIAS MORAIS JUNIOR** da Fundação DER-RJ responsabilidade pela gestão do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO

21.1. As partes se obrigam por si e por seus sucessores, a qualquer título, ainda que por transformação, incorporação, fusão e cisão, o cumprimento das cláusulas contratuais, ficando o eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em uma de suas Varas de Fazenda Pública, para solução de quaisquer pendências ou controvérsias advindas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

24 OFÍCIO DE NOTAS
24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878529
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original. **Alberto Marques**
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. **Escrevente**
CTPS: 76631 São João 108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02547-AWI - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/eletpublico>

AUTENTICAÇÃO




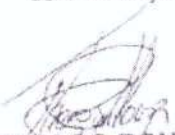
Vice Governadoria do Estado
Fundação Departamento de Estradas de Rodagem

Tendo a **CONTRATADA** e seu representante legal apresentado os documentos comprobatórios das condições jurídico-pessoais indispensáveis à assinatura deste Contrato, as partes estando certas e acordadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 2020


Engº URUAN CINTRA DE ANDRADE
Presidente da Fundação DER-RJ


Drº ELIAS MORAIS JUNIOR
Diretor da Diretoria de Administração - DAD
da Fundação DER-RJ


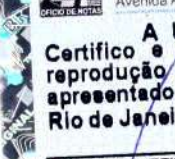

Srº THIAGO PONTES DE SOUZA
Sócio da CONTRATADA

TESTEMUNHAS


141 036 627-44


096-766-867-93

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH878528
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original. 
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021. 
Escritor
CTP: 78831 Série 100RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundo: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZK02546-AGK - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

AUTENTICAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

CERTIDÃO DE RCA

VALIDADE ATÉ 04/01/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93 alterada pela Lei nº 8883/94, que empresa abaixo identificada, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ a prestação dos serviços descritos no ATESTADO/DECLARAÇÃO aqui apresentado e demais atividades previstas em seu objeto social - Lei nº 4769/65, e decreto nº 61934/67. Certificamos, ainda, que o citada empresa tem executado serviços atinentes ao seu objeto social, conforme consta no ATESTADO/DECLARAÇÃO, que faz parte integrante desta Certidão devidamente registrado por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão Público ou Privado, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que desabone ou comprove a falsidade do referido ATESTADO/DECLARAÇÃO.

Razão Social	: MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
--------------	--

Endereço	: VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO, 169
Cidade	: RIO DE JANEIRO
Reg CRA-RJ:	: 90-11848 Estado: RJ CNPJ: 04.312.370/0001-15

Resp. Técnico	: LUCI DOS SANTOS RODRIGUES
Reg. CRA-RJ	: 20-67595
Resp. Técnico	: CAROLINA ULBRICH MARQUES
Reg. CRA-RJ	: 20-94830

REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO - RCA

Contratante: FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM

RCA Nº 20211000100152 Data: 24/Junho/2021

Código de controle da certidão: 0.18453299472203089
Emitida em: 05/07/2021 às 18:48
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço: <http://sistemacra.rj.gov.br/craonline/validar-certidao> ou através do QR Code.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTERNA CFA/CRAS

CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

REGISTRO DATA REG. VIA
CRA-RJ Nº 20-67595 29/09/2009 1

NOME
LUCI DOS SANTOS RODRIGUES

HABILITAÇÃO
ADMINISTRADOR

DOC. IDENTIFICAÇÃO
109884726

ÓRGÃO EXPEDIDOR
(FP-RJ)

CPF
082.926.347-03

ASSINATURA DO PORTADOR

148

FILIAÇÃO
ANTONIO DE OLIVEIRA RODRIGUES
MAISARA DOS SANTOS RODRIGUES

NASCIMENTO NACIONALIDADE NATURALIDADE
18/10/1977 BRASILEIRA DUQUE DE CAXIAS - RJ

CRA-RJ

RIO DE JANEIRO, 06/08/2018

LOCAL E DATA DE EXP. ADM. LEONILDA PAI
Presidente do CRA-RJ

7239-98 PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 9.250/75

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH635470
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021.

Alberto Marques
Escritor
CTPS: 78634-36

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZH41671-AXM - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

24

AUTENTICAÇÃO

Contrato de Prestação de Serviços Profissionais

Contrato de prestação de serviços profissionais que entre si fazem de um lado aqui denominado como contratante, **MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.312.370/0001-15, sociedade comercial com sede na Rua 24 de fevereiro, nº 129 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ, neste ato por seu representante legais, Sr. Thiago Pontes de Souza, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, expedida por Detran/RJ e de outro lado a Sra. **LUCI DOS SANTOS RODRIGUES**, solteira, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 109884726, expedida pelo IFP inscrita no CPF/MF sob o nº 082.926.347-03 e registrada no CRA/RJ sob o nº 20-67595-0 domiciliada na Rua C, Jardim Primavera - Duque de Caxias - RJ. CEP 25.211-040, nas cláusulas e condições que se seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - O Administrador prestará serviços profissionais à contratante como responsável técnico, comprometendo-se a:

- Remeter ao Conselho Regional de Administração cópia de todas alterações contratuais ou atos constitutivos da instituição.
- Empenhar-se para renovação anual do alvará da instituição. Observando o prazo fixado pelo Conselho Federal de Administração.
- Elaborar relatório circunstanciado de suas atividades, no prazo de 30 (trinta) dias, quando solicitado pelo Conselho Regional de Administração.
- Comunicar ao Conselho Regional de Administração quaisquer violações ao Código de Ética do Administrador que venham porventura ser praticados pela instituição.
- Assinar todos os documentos produzidos em consequência do que supervisiona ou elabora.
- Zelar pela correta aplicação científica da atividade.
- Informar imediatamente ao Conselho Regional de Administração a eventual rescisão contratual com a instituição.

CLAUSULA SEGUNDA - A prestação dos serviços mencionados na cláusula primeira deverá ser efetuada na cidade do Rio de Janeiro, em horários flexíveis, de acordo com a disponibilidade das partes, ficando convencionado que em relação a qualquer trabalho prestado fora desta cidade ficarão sob a responsabilidade do contratante as despesas de viagem cujos valores deverão ser recebidos antecipadamente pelo contratado.

CLAUSULA TERCEIRA – O contratante, em retribuição pelos serviços contratados pagará ao Administrador honorários mensais fixos, sempre correspondentes a R\$ 3.158,96 (três mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), inclusive décimo terceiro salário, que serão pagos até o quinto dia do mês subsequente ao vencido.

CLAUSULA QUARTA – O presente contrato terá prazo 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes, com aviso prévio de trinta dias sem direito a qualquer indenização.

CLAUSULA QUINTA – Fica convencionado entre as partes que este instrumento não caracteriza qualquer vínculo empregatício, previsto na Lei específica.

CLAUSULA SEXTA – Renunciando a outro qualquer as partes elegem o foro desta cidade, Rio de Janeiro – RJ, para questões oriundas do presente instrumento original.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2021.

CONTRATANTE

MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI

Thiago Pontes de Souza

CONTRATADA

Luci dos Santos Rodrigues

CPF 082.926.347-03

Acervo Técnico

Responsável Técnico Luci dos Santos Rodrigues

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right area of the page.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 17893/2021

Certidão válida até 04/05/2022

Certificamos, para os devidos fins da Lei nº 8666/93, alterada pela Lei nº 8883/94, que o profissional abaixo identificado, encontra-se devidamente habilitada neste CRA-RJ à prestação de serviços descritos nos(s) Atestado(s)/Declaração(ões) aqui apresentado(s) e demais atividades previstas na Lei nº 4769/65, decreto nº 61934/67. Certificamos que o citado profissional tem executando serviços atinentes à sua área de atuação, conforme constam no(s) atestado(s)/declaração(ões), que fazem parte integrante desta Certidão devidamente registrados por este CRA-RJ. Esta Certidão vale como prova perante qualquer órgão da Administração Pública ou Privada, resguardando-nos de qualquer ato ou fato que venha a ser apurado, que a desabone ou comprove a falsidade do(s) referido(s) Atestado(s)/Declaração(ões).

Nome do Profissional: **LUCI DOS SANTOS RODRIGUES**

Reg CRA-RJ: **20-67595**

CPF: **082.926.347-03**

Endereço: **C, LOTE 2 QD 4 - KM 1 - RIO MAGÉ**

Cidade: **DUQUE DE CAXIAS UF: RIO DE JANEIRO**

REGISTROS DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO RCAs

RCA nº 20181000100183 - Data 09/05/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Contrato nº S/N

Data de Início: 18/01/2017

Prazo do Contrato: 17/04/2017

Valor do Contrato: R\$ 1.533.814,86

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR, PORTARIA/VIGIA E COPEIRO.

Aditivo nº 20181000100183-1 - Data 09/05/2018

Data de Início: 18/04/2017

Prazo do Contrato: 18/07/2017

Valor do Contrato: R\$ 766.907,43

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

RCA nº 20181000100184 - Data 09/05/2018

Contratante: prefeitura municipal de itatiaia

Contrato nº 98/2013

Data de Início: 08/07/2013

Prazo do Contrato: 08/07/2014

Valor do Contrato: R\$ 6.945.559,92

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Aditivo nº 20181000100184-1 - Data 09/05/2018

Data de Início: 09/08/2014

Prazo do Contrato: 08/07/2015

Valor do Contrato: R\$ 3.577.989,92

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO, E REPACTUAÇÃO DE VALOR.

RCA nº 20181000100187 - Data 07/03/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Contrato nº 150/2017

Data de Início: 21/09/2017

Prazo do Contrato: 15/12/2017

Valor do Contrato: R\$ 3.119.702,77

Descrição do Serviço: SERVIÇOS COMPLEMENTARES E NÃO ROTINEIROS DE PREVENÇÃO A DENGUE, LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES

Aditivo nº 20181000100187-1 - Data 07/03/2018

Data de Início: 15/12/2017

Prazo do Contrato: 15/03/2018

Valor do Contrato: R\$ 3.119.702,77

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM 90

RCA nº 20181000100185 - Data 30/08/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Valença

Contrato nº 1879/2013

Data de Início: 29/11/2013

Prazo do Contrato: 28/11/2014

Valor do Contrato: R\$ 9.580.828,23

Descrição do Serviço: COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OUTROS VARRIÇÃO MANUAL E COLETA DE DETRITOS

ROÇADA MECANIZADA

CAPINA COM COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS GERADOS

PINTURA DE MEIO FIO

Aditivo nº 20181000100185-1 - Data 30/08/2017

Data de Início: 29/11/2015

Prazo do Contrato: 28/11/2016

Valor do Contrato: R\$ 9.807.671,28

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO EM 12 MESES

RCA nº 20181000100186 - Data 15/02/2017

Contratante: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Contrato nº 005/1200/2016

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Data de Início: 17/10/2016

Prazo do Contrato: 16/10/2017

Valor do Contrato: R\$ 1.526.969,95

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE ASSEIO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO(ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS) COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE FERRAMENTAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A POLICIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

RCA nº 20161000100502 - Data 20/10/2016

Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Contrato nº 091/2010

Data de Início: 01/10/2010

Prazo do Contrato: 03/10/2011

Valor do Contrato: R\$ 3.119.999,99

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO E SUPORTE A GESTÃO AMBIENTAL

Aditivo nº 20161000100502-2 - Data 20/10/2016

Data de Início: 31/01/2012

Prazo do Contrato: 30/06/2012

Valor do Contrato: R\$ 1.585.817,04

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO EM 180 DIAS

Aditivo nº 20161000100502-1 - Data 20/10/2016

Data de Início: 03/10/2011

Prazo do Contrato: 03/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 933.349,48

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO EM 120 DIAS

RCA nº 20161000100500 - Data 20/10/2016

Contratante: prefeitura municipal de itatiaia

Contrato nº 41/2013

Data de Início: 19/04/2013

Prazo do Contrato: 20/04/2014

Valor do Contrato: R\$ 107.400,00

Descrição do Serviço: COLETA DE RESÍDUO DE SAÚDE ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E GUARNIÇÕES NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA.

Aditivo nº 20161000100500-1 - Data 20/10/2016

Data de Início: 20/04/2014

Prazo do Contrato: 19/04/2015

Valor do Contrato: R\$ 118.874,16

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ
RCA nº 20161000100501 - Data 20/10/2016

Contratante: prefeitura municipal de itatiaia

Contrato nº 40/2016

Data de Início: 19/04/2013

Prazo do Contrato: 20/04/2014

Valor do Contrato: R\$ 2.080.299,96

Descrição do Serviço: SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS COM AS REFERIDAS GUARNIÇÕES.

Aditivo nº 20161000100501-1 - Data 20/10/2016

Data de Início: 20/04/2014

Prazo do Contrato: 19/04/2015

Valor do Contrato: R\$ 2.232.342,78

Descrição do Serviço: PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL EM 12 MESES

RCA nº 19244 - Data 22/06/2012

Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Contrato nº 02/2010

Data de Início: 12/02/2010

Prazo do Contrato: 12/02/2011

Valor do Contrato: R\$ 589.500,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19246 - Data 22/06/2012

Data de Início: 11/02/2011

Prazo do Contrato: 09/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 51.793,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19248 - Data 22/06/2012

Data de Início: 10/02/2012

Prazo do Contrato: 09/02/2013

Valor do Contrato: R\$ 52.546,83

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19245 - Data 22/06/2012

Data de Início: 09/02/2011

Prazo do Contrato: 09/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

Aditivo nº 19247 - Data 22/06/2012

Data de Início: 09/02/2012

Prazo do Contrato: 09/02/2013

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ
No endereço sistemacra.rj.com.br/craonline/validarcertidao ou através do QR Code.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRA-RJ

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Descrição do Serviço: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E AUXILIAR PARA ATENDIMENTO

RCA nº 19242 - Data 22/06/2012

Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Contrato nº 108/2010

Data de Início: 16/11/2010

Prazo do Contrato: 16/11/2011

Valor do Contrato: R\$ 1.663.981,00

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RECEPÇÃO

Aditivo nº 19243 - Data 22/06/2012

Data de Início: 28/11/2011

Prazo do Contrato: 28/11/2012

Valor do Contrato: R\$ 150.008,49

Descrição do Serviço: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RECEPÇÃO

Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 2021.

Código de controle da certidão: 0.45067866602093787

Emitida em: 04/11/2021 às 11:24

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do CRA-RJ

No endereço [sistemacra-rj.com.br/craonline/validarcertidao](https://www.cra-rj.org.br/craonline/validarcertidao) ou através do QR Code.





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Diretoria de Administração

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH635492
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021.
Escritório: 78831 Série

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,80
Selo: EDZH41693-ABV - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

16

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.987.137/0001-81, estabelecida na Rua General Mena Barreto, 292, Galpão, Bairro 35 de Agosto - Duque de Caxias - RJ, presta para a **Diretoria de Administração do Campus - DIRAC**, unidade da **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, os **serviços especializados de recepção**, conforme especificações abaixo:

Mão de obra utilizada:

- 78 (setenta e oito) Recepcionistas;
- 01 (um) Supervisor.

Descrição dos serviços:

Recepcionar, cadastrar, encaminhar e prestar informações a visitantes; Conferência de documentos de identificação; Notificar a Segurança sobre a presença de pessoas estranhas; Organização de materiais de trabalho; Organização de distribuição de malotes; Realizar, atender, transferir ligações telefônicas; Anotar recados e telefonemas; Agendamento de serviços e compromissos; Fazer reservas; Anunciar a chegada de visitantes e clientes; Preencher, encaminhar e controlar solicitações de serviços diversos; Receber e registrar a entrada de documentos.

Valor global do contrato:

RS 3.762.322,94 (três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos).

Responsáveis técnicos:

- Adriana de Souza Frango, registro CRA-RJ nº20-53640-2;
- Luci dos Santos Rodrigues, registro CRA-RJ nº20-67595-0.

Ronaldinho dos Reis
Profissional de Apoio Operacional
CRA-RJ

Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro, RJ 21045-900 - Brasil
Tel: (021) 3836-2010

Fernando Luiz C. Parreira
Profissional de Apoio Adm.
Setor de Registro de Pessoas Físicas
SERPPE - CRA/RJ

12/01/2021

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
 Diretoria de Administração



Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

Prazo de execução dos serviços:

16 de Novembro de 2010 até a presente data.

O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO

parte integrante da CERTIDÃO n.º 3165 expedida nesta data que relaciona o

RCAn* 2334* de 33 106 12572

afetado neste Conselho

RJ. 22 '06/2012

Fernando Luiz C. Parreira
Profissional de Apoio Adm.
e Técnico de Registro de Passos Físicos
CRA/RJ

Atestamos, ainda, que os referidos serviços vêm sendo executados de forma satisfatória e que, até o momento, **nada consta** em nossos registros que desabone a conduta da empresa.

REGISTRO N° 055/CAD/2012

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2012.

José Carlos Ferreira Pinto
Matrícula 0465659-9

Chefe da Seção de Cadastro de Fornecedores

Tel: (021) 3836-2026 Fax: 3836-2154 Email: jose@fiocruz.br

Conselho Regional de Administração (CRA)
CERTIFICADO Nº 46606
O presente é o
o cargo de
apostado por
RCA nº 19.312 x 19/07/12
RCA nº 19.312 19/07/12
RCA nº
RCA nº
Assinado: _____
em 19/07/12

José Carlos Ferreira Pinto
Chefe da Seção de Cadastro

Ronaldo dos Reis
Profissional de Apoio Operacional
CRA-RJ

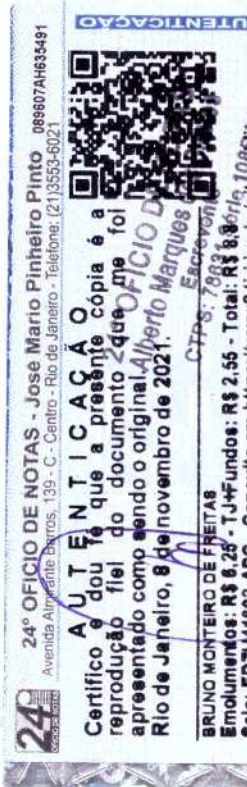
André Luis Borges de Castro
Administrador Hospitalar
CRABR 20-6397-1

Lucas Santos Rodrigues
Administradora
CRA/RJ 20-67595-9

Fernando Luiz C. Parreira
Profissional de Apoio Adm.
Setor de Registro de Pessoa Física
SERPE - CRA 10

Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro, RJ 21045-900 - Brasil
Tel: (021) 3836-2010

Ronaldinho dos Reis
Enfance e Arte de Apoio Operacional
CRA-RJ



 CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ


O presente Atestado/Declaração é revalidado, acompanhado da
CERTIDÃO n.º 47337 que estabelece o seu prazo de validade.
RJ, 14 09 12

[Handwritten signature]
Deputado Regional
CRA/RJ

 CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - RJ


O presente Atestado/Declaração é revalidado, acompanhado da
CERTIDÃO n.º: 3238 que estabelece o seu prazo de validade.
RJ, 19 09 2012

[Handwritten signature]
Fernando Luiz C. Parreira
Profissional de Apoio Adm.
Setor de Registro de Pessoas Físicas
SERPS - CRA/RJ

**24h**
SERVIÇO CONTÍNUO

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH635490
Avenida Almirante Balthus, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021.
[Handwritten signature]
Bruno Monteiro de Freitas
Escrivente
SERPS: 78031 RJ



AUTENTICAÇÃO

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZ141691-AKR - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

[Handwritten mark]



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.512.501/0001-43, com sede na Praça Sávio Gama, nº 53 – Aterrado – Volta Redonda, representada pelo Secretário de Saúde senhor **ALFREDO PEIXOTO DE OLIVEIRA NETO**, vem atestar para fins de comprovação que a empresa **RIO ZIN AMBIENTAL SERVIÇOS EIRELI**, com inscrição no CNPJ sob nº 40.180.705/0001-52, sediada à Rua Joazeiro, nº 19, Ramos, Rio de Janeiro, RJ, vem prestando serviços abaixo descritos, com início dos serviços em 18/01/2017 e término previsto para 17/07/2017, de acordo com o contrato nº 001/2017/FMS/SMS/PMVR datado de 18/01/2017 e Termo Aditivo nº 1 datado de 18/04/2017, no valor de R\$ 1.533.814,86 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos), sendo utilizados para a execução dos serviços a mão de obra de 45 auxiliares de serviços gerais, 5 copeiros, 15 porteiros e 1 encarregados com fornecimento de utensílios, materiais e equipamentos.

Serviços: Prestação dos serviços de limpeza e conservação hospitalar, portaria/vigia e copeiro, com fornecimento de mão de obra, utensílios, materiais e equipamentos, nas dependências internas e externas do Hospital Municipal Doutor Munir Rafful e anexo UNIFOA, situados na Avenida Jaraguá, nº 1.020 e 1.084, Bairro Retiro, Volta Redonda/RJ.

Áreas de execução dos serviços:

- área construída = 5.081 m²
- estacionamento = 1.140 m²
- jardim = 85m²
- área externa = 75 m²

Escopo dos Serviços:

- Diariamente

- a) Remoção de pó, limpeza das paredes, divisórias e seus vidros, portas caixilhos e peitoris das janelas e esquadrias;
- b) Remoção de pó e limpeza adequada das cadeiras, estofados e móveis em geral e lustração quando couber;
- c) Remoção do pó e limpeza adequada dos diversos equipamentos utilizados nas Unidades (aparelhos de telefone, computadores, máquinas de calcular, equipamentos e materiais);
- d) Limpeza e desinfecção de bebedouros;
- e) Limpeza e desinfecção de equipamentos, mobiliários e material médico-cirúrgico, dentro das técnicas adequadas aos serviços de saúde;
- f) Limpeza e lustro adequado dos pisos revestidos ou não;
- g) Limpeza de esquadrias, corrimãos e corredores; Varrição, de acordo com a técnica de limpeza de unidade de saúde, de todos os resíduos sólidos, bem como seu gerenciamento e a remoção do lixo e detritos dos cestos de despejo em geral, cinzeiros e caixas de areia. Estes resíduos deverão ser acondicionados em sacos plásticos de acordo com as especificações

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH635488
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021.

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escritor
CTPS: 76837 Série 108RJ

Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ-Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 10,80
Selo: EDZH41889-AXO - Consulta em <https://www3.tjrr.jus.br/portal/...>

24
OFÍCIO DE NOTAS

24
OFÍCIO DE NOTAS



técnicas da ABNT que deverão ser fornecidos pela Contratada e transportados para locais fechados e apropriados para acondicionamento de lixo. Caso o local venha a receber os serviços ou Programa de Coleta Seletiva os resíduos deverão ser previamente separados e acondicionados de forma a segregar o resíduo úmido (orgânico) e seco;

- h) Remoção de pó e limpeza adequada dos extintores, quadros, vasos e ornamentos em geral;
- i) Limpeza geral da copa e refeitório;
- j) Lavagem, desinfecção e desodorização dos compartimentos e aparelhos sanitários com distribuição de papéis, sabonetes, desodorantes sólidos, etc, de modo a mantê-los devidamente higienizados;
- k) Limpeza e desinfecção de todas as áreas externas;
- l) Limpeza de detritos nas áreas verdes (folhas, papéis, galhos de árvores e etc);
- m) Remoção do Lixo e detritos para locais apropriados e determinados pela Administração;
- n) Irrigação dos jardins, outras áreas verdes;
- o) Recolhimento de roupas utilizadas nas unidades de saúde;
- p) Execução de toda a limpeza que reclame atenção diária não prevista ou que seja indicada pela Administração.

- Semanalmente

- a) Revisão geral dos serviços diários;
- b) Limpeza e polimento dos metais sanitários, válvulas e registro geral;
- c) Polimento dos móveis em geral, com produtos apropriados;
- d) Limpeza das paredes das copas e sanitários com produtos específicos para tal finalidade;
- e) Lavagem dos cestos de lixo;
- f) Lavagem dos tapetes e capachos com produtos apropriados;
- g) Limpeza interna e polimentos das placas indicativas e letreiros;
- h) Limpeza interna e externa de vidros e janelas;
- i) Limpeza de caixilhos das janelas;
- j) Lavagem dos pisos em geral;
- k) Limpeza das luminárias, globos, lustres, ventiladores e aparelhos de ar condicionado;
- l) Limpeza e lustro dos lambris de alumínio e madeira, utilizando produtos apropriados;
- m) Busca e remoção de manchas de todas as paredes, divisórias e testos;
- n) Limpeza completa dos rodapés, trincos e fechos das portas;
- o) Limpeza completa dos azulejos;
- p) Remoção do pó dos livros, jornais e revistas existentes nas unidades;
- q) Limpeza geral e coleta dos resíduos sólidos
- r) Lavagem das áreas de circulação com equipamentos de alta pressão;
- s) Execução de toda limpeza que reclame atenção semanal não prevista, ou que seja indicada pela administração;
- t) Lavagem das salas de procedimentos requeridas pelas normas técnicas, tais como vacina, curativo, entre outras.

- Mensalmente

24 OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH635489
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021.


BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Escritor
CTPS: 76631 Série 10RRJ

Emolumentos: R\$ 6,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: ED2H41690-AGU - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>


AUTENTICAÇÃO

 Conselho Regional de Administração
CRA/RJ

Presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
parte integrante da CERTIDÃO n.º 11.998
expedida nesta data que relaciona o
RCA nº 100113 de 09.10.2018
efetuado neste Conselho: NA MARIA MARTINS SILVA
11.10.2018
Chefe do Setor de Registro
Profissional
CRA/RJ

 24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607AH635473
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21)3553-6021

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a
reprodução fiel do documento que me foi
apresentado como sendo o original
Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2021.

 **AUTENTICAÇÃO**

Escritório de Notas
CTPS: 78031 Série 108RJ

BRUNO MONTEIRO DE FREITAS
Emolumentos: R\$ 8,25 - TJ+Fundos: R\$ 2,55 - Total: R\$ 8,8
Selo: EDZH41674-AMX - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2021-R1

ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUALAo
PregoeiroRef.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1
Processo SEI nº 260005/002834/2020

Multiply Serviços de Manutenção Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15, sediada na Av. Automóvel Clube, nº 2.536 – sala 01 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Thiago Pontes de Souza, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, expedida por Detran/RJ, **DECLARA** que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), tendo sido esclarecidas todas as dúvidas, considerando-as atendidas e plenamente capacitada a elaborar a proposta, nos termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução, não podendo ser alegado desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual.

São João de Meriti/RJ, 06 de dezembro de 2021.

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes de Souza

Sócio

RG 213995350 DIC/RJ

CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01

VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI

CEP: 25.561-170

RIO DE JANEIRO - RJ

24º OFÍCIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto 089607/AH-852733
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:
THIAGO PONTES DE SOUZA 24º OFÍCIO
Alberto Marques Escrever 79631 Série 108RJ
Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2021.
ALBERTO MARQUES DOS SANTOS
Emol: R\$ 8,06 TJ-Fundos: R\$ 2,47 Total: R\$ 8,53
Selo: EEAD30302-RRQ
Consulte em <https://www3.tj-rj.jus.br/seatpublico>

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1**DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

Ao
Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1**
Processo SEI nº 260005/002834/2020

Multiply Serviços de Manutenção Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15, sediada na Av. Automóvel Clube, nº 2.536 – sala 01 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Thiago Pontes de Souza, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, expedida por Detran/RJ, **DECLARA**, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 002/2021-R1, que possui escritório instalado na cidade do Rio de Janeiro, onde manterá profissional que deverá atuar como preposto do contrato com a finalidade de facilitar o bom andamento da fiscalização contratual.

São João de Meriti/RJ, 06 de dezembro de 2021.


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes de Souza
Sócio
RG 213995350 DIC/RJ
CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1**ANEXO IV****DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO
AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93**

Ao
Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1
Processo SEI nº 260005/002834/2020

Multiply Serviços de Manutenção Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15, sediada na Av. Automóvel Clube, nº 2.536 – sala 01 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Thiago Pontes de Souza, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, expedida por Detran/RJ, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no **inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no **inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal**, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

São João de Meriti/RJ, 06 de dezembro de 2021.


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.

Thiago Pontes de Souza
Sócio
RG 213995350 DIC/RJ
CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 2536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1**DECLARAÇÃO**

Multiply Serviços e Manutenção Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15, sediada na Av. Automóvel Clube, nº 2.536 – sala 01 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Thiago Pontes de Souza, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, expedida por Detran/RJ, **DECLARA:**

a) que em relação ao Regime de Cotas para pessoas com deficiência, as contratações na seleção dos funcionários, será levada em consideração as determinações elencadas na Lei nº 7258 de 12/04/2016, de acordo com o **Art. 1º**, onde será obrigatório o preenchimento **de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho com pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais**, respeitando o contido no Art. 7º, XXXI, da Constituição Federal.

b) que a empresa seguirá as orientações do **Decreto Estadual nº 43.629/2012**, que observam os critérios de **sustentabilidade ambiental**.

c) que a empresa cumprirá todas as normas de segurança e medicina do trabalho emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e outros órgãos competentes, como a **NR-6, NR-9, NR-7**, etc.

São João de Meriti/RJ, 06 de dezembro de 2021.


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes de Souza

Sócio

RG 213995350 DIC/RJ

CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 2536 SALA 01

VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI

CEP. 25.561-170

RIO DE JANEIRO - RJ

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021-R1**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA -
DECRETO nº 43.150, de 08/11 E DECRETO nº 43.687 de 07/12**

Ao
Pregoeiro

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 0002/2021-R1
Processo SEI nº 260005/002834/2020**

Sr. Thiago Pontes de Souza, inscrito no CPF sob o nº 111.548.607-10, portador da cédula de identidade nº 21399535-0, como representante devidamente constituído de **Multiply Serviços de Manutenção Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.312.370/0001-15, sediada na Av. Automóvel Clube, nº 2.536 – sala 01 – Vilar dos Teles – São João de Meriti – RJ, doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no **item 14.3 do Edital PE 0002/2021-R1**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** foi elaborada de maneira independente **pelo Licitante**, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 0002/2021-R1** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;



- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 0002/2021-R1** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da FAETEC antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que as informações prestadas são verdadeiras, e assumo o compromisso de apresentar, quando solicitado, quaisquer documentos comprobatórios necessários cuja finalidade esteja inserida no contexto do objeto da referida licitação; e
- g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

São João de Meriti/RJ, 06 de dezembro de 2021.


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pomes de Souza
Sócio
RG 213995350 DICIRJ
CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01

VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI

CEP. 25.561-170

RIO DE JANEIRO - RJ

FAETEC PE 02/2021

PROPOSTA LOTE 3

[Handwritten signature]

**FAETEC
ANEXO I**

		SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL ANEXO I PROPOSTA DETALHE		Processo nº SEI 260005/002834/2020 Licitação por: Pregão Eletrônico Nº 002/2021 R1		
A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação por: Pregão Eletrônico 002/2021 - R1				CARIMBO <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> 04.312.370/0001-15 </div> MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA AV. AUTOMÓVEL CLUB N° 02536 SALA 01 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI CEP. 25.561-170 RIO DE JANEIRO - RJ		
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
					MENSAL	GLOBAL
METROPOLITANA II - LOTE 3						
1		1- SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA SERVIÇOS DE VIGIA. Observação: Conforme Termo de Referência anexo. IMPORTANTE: DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DOS SEGUINTE FORMULÁRIOS PERTENCENTES AO TERMO DE REFERÊNCIA: - Anexo IV - Planilha de Custos por FUNÇÃO - Anexo VII - Planilha de Estimativa com Preço Unitário por Função	MÊS	12	R\$ 409.831,87	R\$ 4.917.982,49
TOTAL POR EXTENSO: Quatro milhões, novecentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos.						
OBSERVAÇÕES A PROPOSTA DETALHE deverá: 1ª- Digitar, sem emendas e rasuras, conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2ª- O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª- A via da PROPOSTA DETALHE junto com os outros Anexos, deverão ser entregues na FAETEC, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4ª- A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.			Prazo de execução: 12 (doze) meses. Validade da Proposta Detalhe: Preços válidos por 60 (sessenta) dias. Local de Execução: De acordo com os Locais estipulados no Termo de Referência Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente. Em: 10 de dezembro de 2021. <div style="text-align: right;"> Thiago Pontes de Souza Sócio RG 213995350 DICIRJ CPF 111.548.607-10 </div>			
OBS: Informar dos dados bancários: Banco Bradesco N.º Agência: 2949-1 C/C: 29171-4			Firma Proponente: MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI CNPJ: 04.312.370/0001-15 Tel: (21) 3486-050 Av Automóvel Clube, 02536 - Sala 01 Vilar dos Teles - São João de Meriti/RJ. Email: licitacao@multiplyservicos.com.br			

FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra de Vigias, executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002834/2020

Pregão Eletrônico nº 02/2021

Data da realização: 06/12/2021 Horário: 10:00

Data da apresentação da proposta: 10/12/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Vigia 12x36 Diurno	48

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.220,00

categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021. SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ nº 31.249.428/0001-04, conforme item 9.2.5.1 do Edital - Categoria de Vigia vinculada ao referido sindicato.

I	MÃO DE OBRA	Valor (R\$)
	Remuneração	
	Salário	R\$ 1.220,00
	Hora Extra	
	Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	
	Adicional Noturno	
	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	R\$ 1.220,00

III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)

Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 244,00
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$ 12,20
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 18,30
04 - INCRA	0,20%	R\$ 2,44
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 30,50
06 - FGTS	8,00%	R\$ 97,60
07 - Seguro Acidente de Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 18,30
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 7,32
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 430,66

Grupo "B":		
09 - Férias	11,11%	R\$ 135,54
10 - Auxílio Doença	0,21%	R\$ 2,56
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,05%	R\$ 0,61
13 - Faltas Legais	0,17%	R\$ 2,07
14 - Acidente de Trabalho	0,20%	R\$ 2,44
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 23,67
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 101,63
TOTAL DO GRUPO B	22,01%	R\$ 268,52

Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 5,12
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 39,04
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 9,76
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 53,92

Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,77%	R\$ 94,79
TOTAL DO GRUPO D	7,77%	R\$ 94,79

Grupo "E":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 1,81
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 1,81

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	69,65%	R\$ 849,70
----------------------------	--------	------------

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 2.069,70
--	--------------

IV - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS

1	Auxílio Alimentação/Cesta Básica - Cláusula 12ª do Acordo Coletivo	R\$ 219,00
2	Transporte	R\$ 121,50

2	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$	73,20
3	Seguro de Vida		R\$	-
4	Auxílio funeral/Seguro de Vida - Cláusula 13ª do Acordo Coletivo		R\$	2,00
Total dos Benefícios			R\$	269,30

V - INSUMOS				
1	Uniformes		R\$	62,00
2	Equipamentos		R\$	10,18
3	Materiais		R\$	-
4	Outros (especificar)		R\$	-
Total de Insumos			R\$	72,18

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO				
1	Despesas Administrativas / Operacionais	5,00%	R\$	120,56
2	Lucro	4,68%	R\$	118,49
Valor dos Custos Indiretos e Lucro		9,68%	R\$	239,04

VII - TRIBUTOS				
1	ISSQN	5,00%	R\$	145,06
2	COFINS	3,00%	R\$	87,04
3	PIS/PASEP	0,65%	R\$	18,86
Valor dos Tributos		8,65%	R\$	105,89

A	TRIBUTOS (%)= To		0,0865	
	100			
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes)= Po		R\$	2.650,23
C	Po / (1-To)= P1		R\$	2.901,18
Valor dos Tributos P1 - Po			R\$	250,95

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)			R\$	2.901,18
---	--	--	------------	-----------------



FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra de Vigias, executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002834/2020

Pregão Eletrônico nº 02/2021

Data da realização: 06/12/2021 Horário: 10:00

Data da apresentação da proposta: 10/12/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Vigia 12x36 Noturno	44

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.220,00

categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021: SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ n. 31.249.428/0001-04, conforme item 9.2.5.1 do Edital - Categoria de Vigia vinculada ao referido sindicato.

I	MÃO DE OBRA	Valor (R\$)
	Remuneração	
	Salário	R\$ 1.220,00
	Hora Extra	
	Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	
	Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	R\$ 133,09
	Outros (especificar)	
		R\$
	Total da Remuneração	R\$ 1.353,09

III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)

Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	270,62
02 - Sesi ou Sesc	1,00%	R\$	13,53
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	20,30
04 - INCRA	0,20%	R\$	2,71
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	33,83
06 - FGTS	8,00%	R\$	108,25
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	20,30
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	8,12
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	477,64

Grupo "B":			
09 - Férias	11,11%	R\$	150,33
10 - Auxílio Doença	0,21%	R\$	2,84
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,05%	R\$	0,68
13 - Faltas Legais	0,17%	R\$	2,30
14 - Acidente de Trabalho	0,20%	R\$	2,71
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	26,25
16 - 13º salário	8,33%	R\$	112,71
TOTAL DO GRUPO B	22,01%	R\$	297,82

Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	5,68
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	43,30
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	10,82
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	59,81

Grupo "D":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,77%	R\$	105,13
TOTAL DO GRUPO D	7,77%	R\$	105,13

Grupo "E":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,01
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	2,01
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	69,65%	R\$	942,40

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$	2.295,49
---	------------	-----------------

IV - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS			
1	Auxílio Alimentação/Cesta Básica - Cláusula 12ª do Acordo Coletivo	R\$	219,00
2	Transporte	R\$	121,50

2	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$	73,20
3	Seguro de Vida		R\$	-
4	Auxílio funeral/Seguro de Vida - Cláusula 13ª do Acordo Coletivo		R\$	2,00
Total dos Benefícios			R\$	269,30

V - INSUMOS				
1	Uniformes		R\$	62,00
2	Equipamentos		R\$	10,18
3	Materiais		R\$	-
4	Outros (especificar)		R\$	-
Total de Insumos			R\$	72,18

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO				
1	Despesas Administrativas / Operacionais	5,00%	R\$	131,85
2	Lucro	4,68%	R\$	129,58
Valor dos Custos Indiretos e Lucro		9,68%	R\$	261,43

VII - TRIBUTOS				
1	ISSQN	5,00%	R\$	158,64
2	COFINS	3,00%	R\$	95,19
3	PIS/PASEP	0,65%	R\$	20,62
Valor dos Tributos		8,65%	R\$	115,81

A	TRIBUTOS (%) = To	0,0865		
	100			
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po	R\$	2.898,40	
C	Po / (1-To) = P1	R\$	3.172,85	
Valor dos Tributos P1 - Po			R\$	274,45

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)			R\$	3.172,85
---	--	--	------------	-----------------



FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra de Vigias, executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002834/2020

Pregão Eletrônico nº 02/2021

Data da realização: 06/12/2021 Horário: 10:00

Data da apresentação da proposta: 10/12/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Vigia Diarista	42

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.220,00

categoria de Vigia, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021. SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ n. 31.249.428/0001-04, conforme item 9.2.5.1 do Edital - Categoria de Vigia vinculada ao referido sindicato.

I	MÃO DE OBRA	Valor (R\$)
	Remuneração	
	Salário	R\$ 1.220,00
	Hora Extra	
	Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	
	Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	R\$ -
	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	R\$ 1.220,00

III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)

Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	244,00
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$	12,20
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	18,30
04 - INCRA	0,20%	R\$	2,44
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	30,50
06 - FGTS	8,00%	R\$	97,60
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	18,30
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	7,32
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	430,66
Grupo "B":			
09 - Férias	11,11%	R\$	135,54
10 - Auxílio Doença	0,21%	R\$	2,56
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,05%	R\$	0,61
13 - Faltas Legais	0,17%	R\$	2,07
14 - Acidente de Trabalho	0,20%	R\$	2,44
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	23,67
16 - 13º salário	8,33%	R\$	101,63
TOTAL DO GRUPO B	22,01%	R\$	268,52
Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	5,12
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	39,04
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	9,76
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	53,92
Grupo "D":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,77%	R\$	94,79
TOTAL DO GRUPO D	7,77%	R\$	94,79
Grupo "E":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	1,81
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	1,81
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	69,65%	R\$	849,70

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 2.069,70
---	---------------------

IV - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS

1	Auxílio Alimentação/Cesta Básica - Cláusula 12ª do Acordo Coletivo	R\$	219,00
2	Transporte	R\$	210,60

2	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$	73,20
3	Seguro de Vida		R\$	-
4	Auxílio funeral/Seguro de Vida - Cláusula 13ª do Acordo Coletivo		R\$	2,00
Total dos Benefícios			R\$	358,40

V - INSUMOS				
1	Uniformes		R\$	62,00
2	Equipamentos		R\$	10,18
3	Materiais		R\$	-
4	Outros (especificar)		R\$	-
Total de Insumos			R\$	72,18

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO				
1	Despesas Administrativas / Operacionais	5,00%	R\$	125,01
2	Lucro	4,68%	R\$	122,86
Valor dos Custos Indiretos e Lucro		9,68%	R\$	247,88

VII - TRIBUTOS				
1	ISSQN	5,00%	R\$	150,42
2	COFINS	3,00%	R\$	90,25
3	PIS/PASEP	0,65%	R\$	19,55
Valor dos Tributos		8,65%	R\$	109,81

A	TRIBUTOS (%)= To		0,0865	
	100			
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes)= Po		R\$	2.748,16
C	Po / (1-To)= P1		R\$	3.008,39

Valor dos Tributos P1 - Po			R\$	260,23
-----------------------------------	--	--	------------	---------------

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)			R\$	3.008,39
---	--	--	------------	-----------------



FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra de Vigias, executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002834/2020

Pregão Eletrônico nº 02/2021

Data da realização: 06/12/2021 Horário: 10:00

Data da apresentação da proposta: 10/12/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Encarregado	1

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.624,91

Categoria de Encarregado, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021, o ou Dissídio Coletivo de Trabalho em 30/03/2021. SINDICATO DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ n. 34.037.150/0001-91, conforme item 9.2.5.1 do Edital- Categoria de Encarregado vinculada ao referido sindicato.

I	MÃO DE OBRA	Valor (R\$)
	Remuneração	
	Salário	R\$ 1.624,91
	Hora Extra	
	Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	R\$ -
	Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	R\$ -
	Gratificação	25,00% R\$ 325,25
		R\$ -
	Total da Remuneração	R\$ 1.950,16

III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)

Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	390,03
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$	19,50
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	29,25
04 - INCRA	0,20%	R\$	3,90
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	48,75
06 - FGTS	8,00%	R\$	156,01
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	29,25
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	11,70
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	688,41

Grupo "B":			
09 - Férias	11,11%	R\$	216,66
10 - Auxílio Doença	0,21%	R\$	4,10
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,05%	R\$	0,98
13 - Faltas Legais	0,17%	R\$	3,32
14 - Acidente de Trabalho	0,20%	R\$	3,90
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	37,83
16 - 13º salário	8,33%	R\$	162,45
TOTAL DO GRUPO B	22,01%	R\$	429,23

Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	8,19
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	62,41
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	15,60
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	86,20

Grupo "D":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,77%	R\$	151,52
TOTAL DO GRUPO D	7,77%	R\$	151,52

Grupo "E":			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,89
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	2,89

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	69,65%	R\$	1.358,24
-----------------------------------	---------------	------------	-----------------

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$	3.308,40
---	------------	-----------------

IV - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS

1	Auxílio Alimentação/Cesta Básica - Cláusula 23ª do Convenção Coletiva	R\$	368,55
---	---	-----	--------

2	Transporte		R\$	170,10
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$	97,49
3	Seguro de Vida		R\$	-
4	Benefício Social Familiar - Cláusula 29ª do Acordo Coletivo		R\$	16,00
Total dos Benefícios				R\$ 457,16

V - INSUMOS				
1	Uniformes		R\$	62,00
2	Equipamentos		R\$	10,18
3	Materiais		R\$	-
4	Outros (especificar)		R\$	-
Total de Insumos				R\$ 72,18

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO				
1	Despesas Administrativas / Operacionais	5,00%	R\$	191,89
2	Lucro	4,68%	R\$	188,59
Valor dos Custos Indiretos e Lucro		9,68%	R\$	380,47

VII - TRIBUTOS				
1	ISSQN	5,00%	R\$	230,88
2	COFINS	3,00%	R\$	138,53
3	PIS/PASEP	0,65%	R\$	30,01
Valor dos Tributos		8,65%	R\$	168,54

A	TRIBUTOS (%) = To			0,0865
	100			
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$	4.218,21
C	Po / (1-To) = P1		R\$	4.617,64

Valor dos Tributos P1 - Po	R\$	399,43
-----------------------------------	------------	---------------

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	R\$	4.617,64
---	------------	-----------------



FAETEC - PE 02/2021

ANEXO VII

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS POR FUNÇÃO

LOTE 03

METROPOLITANA II - LOTE 3

Função	Carga Horária	Valor Salário	Valor dos Custos (Anexo IV)	Valor Mensal	Valor Anual	Quantidade por Função	Valor Total Anual
1 VIGIA DIURNO	12x36	R\$ 1.220,00	R\$ 2.901,18	R\$ 2.901,18	R\$ 34.814,16	48	R\$ 1.671.079,55
2 VIGIA NOTURNO	12x36	R\$ 1.220,00	R\$ 3.172,85	R\$ 3.172,85	R\$ 38.074,19	44	R\$ 1.675.264,48
3 VIGIA DIARISTA	44 hrs	R\$ 1.220,00	R\$ 3.008,39	R\$ 3.008,39	R\$ 36.100,64	42	R\$ 1.516.226,81
4 ENCARREGADO	44 hrs	R\$ 1.624,91	R\$ 4.617,64	R\$ 4.617,64	R\$ 55.411,65	1	R\$ 55.411,65
TOTAL							R\$ 4.917.982,49

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 04.312.370/0001-15

Mês/Ano: JAN 2021

Dados Iniciais

Período: 01/01/2021 a 31/01/2021

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Presumido

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ foi excluída do Simples no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Regime de Competência

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:

MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA EIRELI

Logradouro: RUA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO

Complemento:

Município: RIO DE JANEIRO

CEP: 21040-300

Telefone:

Fax:

Caixa Postal:

UF:

CEP:

Correio Eletrônico:

Número: 129

Bairro/Distrito: BONSUCESO

UF: RJ

[Handwritten signature]

Filtrar Consulta do FAP

*Ano de Vigência:
2021 ▼Selecione um Estabelecimento:
04.312.370/0001-15 ▼

ou complete o CNPJ Raiz 04.312.370/

Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para : FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2020 - Valor do Fap: 0,5000 ▼

Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI

CNPJ Completo: 04.312.370/0001-15

Endereço: R Vinte E Quatro De Fevereiro 00129 - Bonsucesso - Rio De Janeiro - RJ

CEP: 21040-300

Início da Atividade: 28/02/2001

Data da última atualização na RFB na extração: 03/11/2005

Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2021

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2018 a 31/12/2019

Data de extração dos dados da arrecadação:

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP: 22/07/2020

Origem: eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: 25/06/2020

Data de extração dos dados de benefícios: 01/04/2020

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 11/03/2020

Ano de Referência: 2018

Fonte: IBGE

Valor do FAP Original

FAP Original : 0,5000

Data do Cálculo : 30/09/2020

Histórico de processamento do FAP

FAP Original: 0,5000

Data do Cálculo: 30/09/2020

Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT com Óbito:	0	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91:	0
Massa Salarial:	1.745.849,76	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92:	0
Número Médio de Vínculos:	33.2083	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE:	4.811	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP:	2.798	Valor Total de Benefícios Pagos:	0,00

Atividade econômica do estabelecimento(Subclasse da CNAE - 2.3): IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (81.22-2/00)

Atividade econômica do estabelecimento - Relação de GFIPs válidas e eSocial: [Visualizar Relatório](#)

Indicadores do Estabelecimento FAP Original

Índice de Frequência:	0,0000	Número de Ordem de Frequência:	1,0000	Percentil de Ordem de Frequência:	0,0000
Índice de Gravidade:	0,0000	Número de Ordem de Gravidade:	1,0000	Percentil de Ordem de Gravidade:	0,0000
Índice de Custo:	0,0000	Número de Ordem de Custo:	1,0000	Percentil de Ordem de Custo:	0,0000
Taxa Média de Rotatividade:	0,0000%			Índice Composto:	0,0000

Hij

FAETEC PE 02/2021

ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS LOTE 3

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À
ESCOLA TÉCNICA – FAETEC**

Referência: Pregão Eletrônico - nº 002/2021-R1

Processo Adm.: 260005/002834/2020

A **MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.312.370/0001-15, sediada na Av. Automóvel Clube, 2536 - Sala 01 - Vilar dos Teles - São João de Meriti/RJ, vem, respeitosamente, apresentar os Acordos e Convenções Coletivas Utilizadas, com os respectivos fundamentos legais:

Edital item 9.2.5.1: Os salários-base, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos aos quais a **LICITANTE e os profissionais estejam vinculados**, conforme relação no Anexo I, do Termo de Referência (Anexo III);

Art. 620. da CLT: As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017);

TCU – Acórdão nº 369/2012 – Primeira Câmara Acórdão

1.7. Recomendar à [...] que:

1.7.1. abstenha-se de indicar, em suas licitações, o acordo ou convenção coletiva de trabalho que deverá ser respeitado, não deixando de exigir, de todo modo, que as convenções coletivas sejam cumpridas pelos licitantes e/ou contratantes, conforme jurisprudência desta Corte de Contas e do Tribunal Superior do Trabalho; (Relator: Walton Alencar Rodrigues; Data do Julgamento: 31/01/2012);


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes de Souza

Sócio

RG 213995350 DIC/RJ

CPF 111.548.607-10

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000713/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/03/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013858/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.103061/2021-26
DATA DO PROTOCOLO: 22/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO COSTA GARCIA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL MARTINS MEIRELES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2021, será no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.301,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.301,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.301,00

- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.657,74 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.301,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.301,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.381,65
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.684,98
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.519,82
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$ 1.441,67
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.381,65
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.224,18
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.683,45
- SERVENTE	R\$ 1.301,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.321,39
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.301,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.321,59

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebiam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2021, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebiam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DISPÊNDIO FINANCEIRO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL EM 5,97%

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridas entre a CCT/20 e CCT/21, no mês da data-base, qual seja, março de 2021, nos termos da Lei nº 10.192/01, bem como do Acórdão nº 1.563/2004 e Súmula nº 222, ambos do TCU, portanto, extensiva a todos os contratantes de serviços privados e públicos (Administração Pública Federal, Estadual e Municipal), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2020	CCT / 2021	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.239,00	R\$ 1.301,00	5%
Cláusula 20ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 414,00	R\$ 448,50	8,33%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 25ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 13,00	R\$ 16,00	23%
TOTAL	R\$ 1.666,00	R\$ 1.765,50	5,97%

REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 5,97% (cinco vírgula noventa e sete por cento)

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2021, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Abril/2021, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/21, outubro/21, novembro/21 e dezembro/21) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

PRÊMIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ODONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Convenientes prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes, benefícios sociais, conforme tabela definida pelas Entidades e discriminadas no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos benefícios iniciará a partir de 01/04/2021 e terá como base, para seus procedimentos, o Manual de Orientação e Regras a ser disponibilizado no site da gestora em www.beneficiosocial.com.br. Para lisura do processo e conservação de direitos, este Manual deverá ser registrado em cartório, em momento oportuno.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, a título de contribuição, recolherão, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a partir de 10/04/2021, o valor total de R\$ 16,00 (dezesseis reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br, conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária. O custeio da contribuição do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao empregado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quanto então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenientes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXPERIÊNCIA

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno,

da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dias antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

RELAÇÕES SINDICAIS GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

PARÁGRAFO NONO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2021

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Outubro de 2021, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 15 de Outubro de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 15 de Outubro de 2021, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2021

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 16 de Julho de 2021, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 16 de Julho de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ002725/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/11/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR060500/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.114436/2021-83
DATA DO PROTOCOLO: 17/11/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 31.249.428/0001-04, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCACAO BASICA DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 33.595.018/0001-32, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **profissional, dos auxiliares de administração escolar do plano da CNTEEC**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

A partir de 1º de março de 2021 ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais para os auxiliares para uma carga horária semanal de 44 horas:

I – Serventes e pessoal de serviços gerais: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

II – Vigias, auxiliares de creche, cozinheira, inspetores de alunos, porteiros e cargos relacionados a obras, manutenção de equipamentos e reformas: R\$ 1.102,42 (mil cento e dois reais e quarenta e dois centavos).

III - Pessoal de secretaria, tesouraria, departamento de pessoal e demais integrantes da categoria profissional: R\$ 1.195,13 (mil cento e noventa e cinco reais e treze centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO:

A partir de 1º de outubro de 2021 ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais para os auxiliares para uma carga horária semanal de 44 horas:

I – Serventes e pessoal de serviços gerais: R\$ 1.149,09 (mil e cento e quarenta e nove reais e nove centavos).

II – Vigias, auxiliares de creche, cozinheira, inspetores de alunos, porteiros e cargos relacionados a obras, manutenção de equipamentos e reformas: R\$ 1.171,00 (mil cento e setenta e um reais).

III - Pessoal de secretaria, tesouraria, departamento de pessoal e demais integrantes da categoria profissional: R\$ 1.269,47 (mil duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL E ABONO

O salário dos auxiliares de administração escolar, a partir de 1º de outubro de 2021, será corrigido pelo percentual de 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento) incidente sobre os salários legalmente devidos em 1º de março de 2020. Não haverá retroatividade do reajuste à data base da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Independentemente do reajuste salarial previsto nesta cláusula, nos termos do art. 457, § 2º da CLT, as partes convencionam o pagamento de Abono aos auxiliares, sem natureza salarial, da seguinte forma:

a. Valor total do abono equivalente a 43,54% (quarenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento) incidentes sobre o salário de março de 2020.

b. O pagamento do abono que consta no item "a" desta cláusula, deverá ser efetivado em até 5 parcelas, a partir da folha de pagamento de outubro de 2021, em conjunto com a folha de pagamento do respectivo mês, a saber:

I - Na folha de pagamento de outubro de 2021 deverá ser quitado 8,71% a título de abono (oito vírgula setenta e um por cento – 1ª parcela do abono) sobre o salário de março de 2020;

II - Na folha de pagamento de novembro de 2021 deverá ser quitado 8,71% a título de abono (oito vírgula setenta e um por cento – 2ª parcela do abono) sobre o salário de março de 2020;

III – Na folha de pagamento de dezembro de 2021 deverá ser quitado 8,71% a título de abono (oito vírgula setenta e um por cento – 3ª parcela do abono) sobre o salário de março de 2020;

IV – Na folha de pagamento de janeiro de 2022 deverá ser quitado 8,71% a título de abono (oito vírgula setenta e um por cento – 4ª parcela do abono) sobre o salário de março de 2020 e

V – Na folha de pagamento de fevereiro de 2022 deverá ser quitado 8,71% a título de abono (oito virgula setenta e um por cento – 5ª parcela do abono) sobre o salário de março de 2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Caso o empregado não tenha recebido salário no mês de março de 2020, o abono será pago sobre o último salário quitado pela instituição de ensino.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Os empregados admitidos após 1º de março de 2021, não farão jus ao abono que consta na presente cláusula. Quanto aos empregados admitidos no período de 01/03/2020 a 28/02/2021 farão jus ao abono de forma proporcional ao tempo de serviço, na base de 1/12 por mês trabalhado no referido período, sendo certo que será considerado mês fração igual ou superior a 15 dias.

PARÁGRAFO QUARTO:

Caso seja rescindido o contrato de trabalho do empregado após a assinatura da presente convenção coletiva e antes de consolidar o pagamento integral do abono, o saldo remanescente do abono deverá ser antecipado e pago junto à rescisão para o empregado que possui direito, com a seguinte nomenclatura "abono convenção coletiva da categoria 2021/2022".

PARÁGRAFO QUINTO:

Fica facultado aos Estabelecimentos de Ensino proceder as compensações do reajuste previsto no "caput" desta cláusula com quaisquer aumentos concedidos espontaneamente pelo empregador no período revisando de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Deve o estabelecimento de ensino fornecer a seus empregados os **comprovantes de pagamento** de salário contendo os elementos que integram o pagamento da remuneração mensal, com especificação dos valores dos vencimentos e dos descontos legais autorizados.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Com vigência a partir de 1º de março de 2001 o adicional por tempo de serviço será pago sob a forma de anuênios na base de 0,5% da remuneração mensal do auxiliar por ano de efetivo exercício no mesmo estabelecimento, computando-se para este efeito o tempo de serviço a contar de 1º de março de 2001, excluído o tempo de serviço anterior a 01/03/2001, com aplicação para todos os empregados abrangidos pela presente norma, quer os que já recebiam o adicional no percentual de 1%, quer os que ainda não recebiam, e venham a preencher os requisitos para receber o adicional por tempo de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica garantido aos auxiliares o percentual do adicional de tempo de serviço adquirido até 28 de fevereiro de 2001, que será quitado em rubrica própria denominada "Adicional de tempo de serviço adquirido."

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ficam excluídos da obrigação de pagamento do adicional de que trata esta cláusula, os Estabelecimentos de Ensino que já concedam a seus empregados auxiliares de administração escolar, adicional de tempo de serviço, inclusive sob a forma de triênios, cujo valor seja igual ou superior ao resultado do percentual convencionado no "caput" desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ficam autorizados os Estabelecimentos de Ensino, que de algum modo remunerem seus empregados com qualquer tipo de vantagem salarial decorrente do tempo de serviço paga de forma incorporada ao salário, a desmembrar tal parcela do pagamento dos salários efetuados a partir da assinatura desta convenção coletiva de trabalho, desde que decorra de contrato de trabalho prévio e expresso ou regimento interno anterior a referida assinatura.

PARÁGRAFO QUARTO

A partir da data da transformação do adicional por tempo de serviço de quinquênios para anuênios, ocorrida em 1º de março de 1995, observar-se-á a exclusão, para efeito da contagem dos anuênios, do período trabalhado antes de 1º de março de 1983 pelo empregado, ainda que no mesmo estabelecimento de ensino.

PARÁGRAFO QUINTO

Em nenhuma hipótese fará jus o empregado à percepção adicional por tempo de serviço em valor superior, sob qualquer forma ou denominação relativa a tempo de serviço, ao previsto nesta cláusula.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - AUXILIO EDUCAÇÃO

Manutenção do direito de gratuidade de matrícula e ensino para os filhos dependentes dos auxiliares de administração escolar, nos estabelecimentos de ensino em que trabalhem, limitado tal direito a razão de um filho por triênio de trabalho no mesmo estabelecimento de ensino, excetuando-se a hipótese prevista no parágrafo único da presente cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO

Nos estabelecimentos de ensino com até 24 empregados vinculados ao sindicato dos auxiliares da administração escolar do Estado do Rio de Janeiro os auxiliares tem direito à manutenção da gratuidade de matrícula e ensino para os filhos dependentes limitado tal direito a razão de um filho por triênio de trabalho no mesmo estabelecimento de ensino, contando-se o tempo de serviço para aquisição deste direito a partir de 1º de maio de 2000, excluído o tempo de serviço anterior a 01/05/2000, bem como este benefício fica limitado a oferta de 20% (vinte por cento) da capacidade das vagas por grupo de alunos, para todas as categorias profissionais que integram o quadro de trabalho do estabelecimento. Preenchidas a limitação das vagas não fará jus o auxiliar ao benefício, mesmo que possua o tempo de serviço necessário.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - NORMAS PARA NOVA ADMISSÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA NONA - CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

CLÁUSULA 5ª - Poderão os estabelecimentos de ensino contratar empregados mediante contrato de trabalho por prazo determinado, de que trata o artigo 443 da CLT, independentemente das condições estabelecidas em seu § 2º, em qualquer atividade, na hipótese de admissões que representem acréscimo no número de empregados, sendo estabelecido para limites de contratação os percentuais previstos no artigo 3º da Lei 9.601/98.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de rescisão antecipada do contrato de trabalho determinado, por quaisquer das partes contratantes, será devida pela parte que teve a iniciativa da rescisão a outra parte, indenização equivalente a 10% dos salários a que teria direito o empregado até o término do contrato por prazo determinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de descumprimento do contrato de trabalho por prazo determinado será devida multa equivalente a 1 (um) salário mínimo, pela parte infratora, não se considerando infração a rescisão antecipada, por qualquer das partes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os estabelecimentos de ensino, quanto aos empregados contratados mediante contrato por prazo determinado estabelecido pela Lei 9.601/98, deverão mensalmente efetuar depósitos vinculados, a favor do empregado, no valor de 1% do salário do empregado, sem prejuízo dos depósitos determinados pelo inciso II, do artigo 2º da referida Lei, sendo a periodicidade de saque a cada 4 meses de efetivo serviço.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA - ESTABILIDADE APOSENTADORIA

Ao empregado dispensado sem justa causa, que possua na empresa mais de 05 (cinco) anos de serviço e a quem concomitantemente, falte, no máximo, 12 (doze) meses para se aposentar, a empresa indenizará o empregado em até as 12 (doze) contribuições previdenciárias faltantes para percepção do benefício de aposentadoria na alíquota de 20% (vinte por cento) sobre o seu último salário reajustado na forma da presente convenção coletiva da categoria ou sobre o teto máximo de contribuição para segurados contribuinte individual e facultativo, caso o salário do empregado seja superior ao teto de contribuição, sendo a presente uma indenização pelo custeio facultado ao próprio ex-empregado nos termos do artigo 21 da Lei nº 8.212/91 para sua aposentadoria.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VIGIA

O estabelecimento de ensino prestará **assistência jurídica** aos seus empregados na função de vigias sempre que no exercício de suas funções e em defesa dos legítimos interesses do estabelecimento em que trabalhe, incidirem na prática de ato que os leve a responder a qualquer ação penal.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Fica estabelecida a compensação de jornada, pela qual os estabelecimentos de ensino ficam desobrigados de pagar o acréscimo de salário se, o excesso de hora em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, no prazo de 1 (um) ano.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de rescisão contratual o empregado terá direito de receber as horas extras não compensadas, com o adicional de 50%, no ato da rescisão.

FALTAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DURAÇÃO E HORÁRIO

É facultado aos Estabelecimentos de Ensino a contratação de vigias em regime de horário de escala de 12 x 36 horas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica permitida a modificação do horário de trabalho dos atuais empregados vigias para o regime de escala de 12 x 36 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FALTAS JUSTIFICADAS

Fica instituído o **dia 15 de outubro** como data consagrada ao administrador escolar, sendo vedado o serviço ao auxiliar de administração escolar neste dia.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - JORNADAS ESPECIAIS (ESTUDANTES)

Os empregados que estejam estudando em estabelecimentos de ensino reconhecidos oficialmente, nos dias de suas provas ficarão dispensados do trabalho sem prejuízo de seus direitos e vantagens, desde que tragam comunicação oficial 72 (setenta e duas) horas antes da realização das mesmas. A dispensa a fim de evitar o colapso na administração, caso ocorra a coincidência de vários empregados fazendo provas no mesmo dia, se limita a 20% (vinte por cento) do total dos empregados tutelados na presente cláusula, fixando os estabelecimentos de ensino uma escala de rodízio para atender a totalidade dos empregados que estejam estudando.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OUTRAS DISPOSIÇÕES DA JORNADA

Por iniciativa e interesse dos estabelecimentos de ensino, os cursos que vierem a ser ministrados para os auxiliares de administração escolar, pagos em parte ou integralmente pelas escolas, inclusive os oferecidos no próprio estabelecimento, não constituirão direito a horas extras se ministrados fora do expediente contratual de trabalho.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME

Os uniformes de trabalho, quando de uso obrigatório ou exigidos pelo estabelecimento de ensino, serão fornecidos gratuitamente, fixando-se o limite de três por ano.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - QUADRO DE AVISO

Defere-se a afixação na empresa de **quadro de avisos** do sindicato para comunicações de interesse da categoria profissional, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REPRESENTANTE SINDICAL

Pela presente convenção coletiva de trabalho a representação econômica declara expressamente reconhecer nos termos do artigo 543 da CLT e seus parágrafos, os 48 (quarenta e oito) membros constantes da Diretoria eleita e empossada em 15 de dezembro de 2018 pertencentes ao Sindicato da categoria profissional e a eleita e empossada em 2018.

Parágrafo Único: Após a posse da diretoria eleita em 2018 o caput da presente perdeu sua vigência em relação à diretoria do Sindicato eleita e empossada em 15 de dezembro de 2014, garantida sua aplicação até o término da estabilidade sindical dos ex-diretores eleitos em 2014.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DO PATRONAL

Os Estabelecimentos de Ensino recolherão à tesouraria do Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio de Janeiro, sem ônus para o auxiliar de administração escolar, a importância referente a 3% (três por cento) para associados do sindicato e 5% (cinco por cento) para os não associados do sindicato, sobre a folha de pagamentos do mês de março de 2021, já corrigida.

PARÁGRAFO ÚNICO

O recolhimento das importâncias objeto do caput desta cláusula, deverá ser efetuado diretamente à tesouraria do Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio de Janeiro, até 30 de novembro de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL / DIREITO DE OPOSIÇÃO

Tendo em vista a deliberação da categoria em Assembleia Geral, realizada em 21/11/2020, em que foi ratificado por todos os presentes, o desconto relativo à Contribuição Negocial com relação a todos os empregados da categoria obreira, associados ou não ao sindicato, conformidade do artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federativa do Brasil artigo 513, e da CLT, ficando as empresas obrigadas a proceder ao desconto da Contribuição Negocial, no importe de 2% (dois por cento) sobre a remuneração do empregado, no mês subsequente a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, em favor do Sindicato profissional.

Parágrafo Primeiro: As importâncias deverão ser recolhidas ao Sindicato Profissional, através de depósito na conta corrente nº 227090-0, da Agência nº 0436, do Banco Bradesco, de titularidade do SAAE/RJ (CNPJ nº 31.249.428/0001-04).

Parágrafo Segundo: O desconto e repasse da importância devida pelo empregado a título de Contribuição Negocial serão de inteira responsabilidade do empregador.

Parágrafo Terceiro: Fica assegurado ao empregado o direito de oposição ao desconto previsto nesta cláusula, mediante requerimento a ser encaminhado diretamente ao empregador, no prazo de até 20 (vinte) dias após assinatura da CCT e publicação no site do SAAE-RJ, que deverá enviar os requerimentos via correio à Sede do SAAE-RJ ou para o endereço eletrônico presidencia@saaerj.org.br.

Parágrafo Quarto: O Sindicato dos Auxiliares – SAAE-RJ se responsabiliza integralmente pela devolução da contribuição assistencial referida na presente cláusula, em caso de eventual condenação, nesse sentido, além de ação anulatória de cláusula normativa, ação civil pública ou qualquer outra que venha a ser proposta, isentando o SINEPE RIO de qualquer responsabilidade, no que tange à citada contribuição.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

A comissão de conciliação prévia entre os sindicatos será firmada em convenção coletiva à parte da presente.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica constituída uma **comissão paritária**, integrada de 06 (seis) membros designados pelos sindicatos convenientes, sendo 03 (três) da categoria econômica e 03 (três) da categoria profissional, com o objetivo de zelar pelo cumprimento da presente convenção coletiva de trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Impõe-se **multa por descumprimento** das obrigações de fazer no importe equivalente a **10%** (dez por cento) do salário do empregado prejudicado e revertendo-se a favor dele.

ELLES CARNEIRO PEREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO AUX ADM ESCOLAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JOSE CARLOS DA SILVA PORTUGAL
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCACAO BASICA DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

ANEXOS ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

22/22

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - IDENTIDADE DIRETOR SINDICATO PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA DE ELEIÇÃO PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - CONVENÇÃO COLETIVA ASSINADA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.